

Tegma Gestão Logística SA

Proposta da administração

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 13 de abril de 2021

São Bernardo do Campo, 09 de março de 2021

Convite do presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participarem da Assembleia Geral Ordinária (“**AGO** ou **Assembleia Geral**”) da Tegma Gestão Logística S.A. (“**Tegma**” ou “**Companhia**”), que será realizada no dia 13 de abril de 2021, às 10:00 horas, excepcionalmente, em razão da pandemia da COVID-19, na filial da Companhia, localizada na Avenida Miro Vetorazzo, nº 1500, Auditório 1, Bairro Demarchi, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09.820-135, local maior e com melhor circulação de ar, nos termos do artigo 4º, II, Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia conforme Proposta da Administração da Companhia (“**Proposta**”):

- (i) A aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia;
- (ii) A aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) Destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (iv) Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato, em 06 (seis) membros;
- (v) Eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 15, inciso I, do Estatuto Social da Companhia;
- (vi) Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, do Estatuto Social da Companhia;
- (vii) A instalação e definição do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia e a composição e eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos artigos 31 e 32 do Estatuto Social da Companhia;
- (viii) Fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 15, inciso III, do Estatuto Social da Companhia; e
- (ix) Retificação da remuneração global dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.



Este documento contempla os itens referidos nos art. 9º, inciso III, art. 9º, § único, inciso II, art. 10 e art. 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481/09**").

2. Convocação da Assembleia Geral.

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a Assembleia Geral será convocada por anúncio publicado, por 3 vezes, no mínimo, nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, contendo, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia. De acordo com a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação da AGO será realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da Assembleia Geral, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

3. Análise das Matérias a serem deliberadas na ordem do dia da Assembleia Geral.

O objetivo desta seção é analisar as matérias submetidas à apreciação de V.S.^{as} na Assembleia Geral da Companhia, permitindo, assim, a formação de convicção e a tomada de decisão informada e refletida pelos acionistas.

3.1. A aprovação do relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2020, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Companhia.

Em atendimento à legislação aplicável e logrando incrementar a compreensão de V.S.^{as} com relação à realidade da Companhia, o Anexo I à presente Proposta contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

3.2. A aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia propõe à AGO a aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, compreendendo todas as fontes de recursos e investimentos imobilizado e intangível da Companhia para o exercício social de 2021 conforme tabela abaixo, em R\$ mil.

Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 2020	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	R\$ 14.533
(-) Reserva legal	R\$ 3.681
(-) Total Distribuído (proventos)	R\$ 34.972
(=) Orçamento de capital 2021	R\$ 20.440
Total investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Imobilizado e intangível	R\$ 33.700
Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado	R\$ 13.900
Aquisição de equipamentos logísticos	R\$ 7.600
TI	R\$ 12.200
Origem dos recursos para investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Recursos Reservados p/ Orçamento de Capital 2021	R\$ 20.440
Recursos já existentes	R\$ 13.260

Mais detalhes no item 15 do Anexo II à presente Proposta, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

3.3. Destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia propõe à AGO a aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme tabela abaixo, em R\$ mil.

Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 2020	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	R\$ 14.533
(-) Reserva legal	R\$ 3.681
(-) Total Distribuído (proventos)	R\$ 34.972
(=) Orçamento de capital 2021	R\$ 20.440
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 2020	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	R\$ 14.533
(-) Reserva legal	R\$ 3.681
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores ajustado 2020	R\$ 55.412
Dividendo Obrigatório (25%)	R\$ 13.853
Antecipação de dividendos e JCP relativos aos 9 meses de 2020 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração e Aviso aos Acionistas de 06/11/2020	R\$ 22.431
Dividendos e JCP complementares propostos a AGO de 13/04/2021 relativos ao 4T20, conforme Proposta da Administração enviada dia 09/03/2021	R\$ 12.541
Total atribuível aos dividendos do exercício 2020	R\$ 34.972

	2018	2019	2020
Lucro líquido ajustado	R\$ 108.248	R\$ 176.233	-
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores ajustado	R\$ 108.248	R\$ 176.233	R\$ 55.412
Dividendos	R\$ 48.712	R\$ 56.448	R\$ 26.229
Juros sobre capital próprio	R\$ 16.237	R\$ 18.816	R\$ 8.743
% do Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores ajustado	60,0%	42,7%	63,1%

Mais detalhes no Anexo II à presente Proposta, nos termos do Anexo 9-1-II à Instrução CVM 481/09

3.4. Fixação do número de Membros do Conselho de Administração Proposto.

A Administração propõe a fixação do número de conselheiros em 06 (seis) membros efetivos e igual número de suplentes, visando adequar a composição do órgão às obrigações do Regulamento do Novo Mercado da B3, considerando a exigência do mínimo de 2 (dois) membros independentes no Conselho de Administração.

3.5. Eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 15, inciso I, do Estatuto Social da Companhia.

O Anexo III contém as informações previstas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência da Companhia com relação aos candidatos indicados pelos acionistas controladores da Companhia à eleição e/ou reeleição, conforme o caso, para o Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia. Os candidatos às vagas de conselheiros independentes indicados assinaram declarações atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3, conforme consta no Anexo III desta Proposta. O Comitê de Gestão, Gente e Governança (“Comitê GGG”) realizou uma análise prévia quanto ao cumprimento pelos Srs. Murilo Cesar Lemos dos Passos, Décio Carbonari de Almeida, Vanessa Claro Lopes e Mário Bardella Júnior, quanto aos requisitos aplicáveis ao cargo de membros independentes do Conselho de Administração previstos no Regulamento do Novo

Mercado da B3. Com base na recomendação do Comitê GGG, o Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos candidatos nos critérios de independência e propôs a indicação dos Srs. Murilo Cesar Lemos dos Passos, Décio Carbonari de Almeida, Vanessa Claro Lopes e Mário Bardella Júnior, para os cargos de conselheiros independentes efetivos e suplentes, a serem avaliados pelos acionistas da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia recomenda aos acionistas que aproveem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento dos Srs. Srs. Murilo Cesar Lemos dos Passos, Décio Carbonari de Almeida, Vanessa Claro Lopes e Mário Bardella Júnior, como candidatos a membros independentes.

Evandro Luiz Coser	Membro
Otacílio José Coser Filho	Suplente
Mário Sérgio Moreira Franco	Membro
Francisco Creso Junqueira Franco Junior	Suplente
Orlando Machado Júnior	Membro
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem	Suplente
Fernando Luiz Schettino Moreira	Membro
Paulo Ernesto do Valle Baptista	Suplente
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	Presidente independente
Vanessa Claro Lopes	Suplente independente
Décio Carbonari de Almeida	Membro independente
Mário Bardella Júnior	Suplente independente

3.6. Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, do Estatuto Social da Companhia.

Tendo em vista o aprimoramento das normas de governança corporativa da Companhia, a proposta das acionistas controladoras é de que a Presidência do Conselho de Administração seja ocupada pelo atual conselheiro independente, o Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos.

Adicionalmente, a administração recomenda ainda a reeleição do Sr. Evandro Luiz Coser para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia.

3.7. A instalação e definição do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia e a composição e eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos artigos 31 e 32 do Estatuto Social da Companhia.

Considerando uma política ativa de boas práticas de governança corporativa direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da Companhia, a administração recomenda aos acionistas a manutenção da instalação de Conselho Fiscal na Companhia e a definição do número de assentos da seguinte forma: 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes.

[A despeito da proposta da definição do número de assentos do Conselho Fiscal, os acionistas controladores da Companhia indicaram apenas 2 (dois) membros efetivos e suplentes, conforme indicado abaixo:

Mauro Stacchini Jr.	Membro indicado controlador
Luiz Alexandre Tumolo	Suplente indicado controlador
Rubens Barletta	Membro indicado controlador
José Nicolau Luiz	Suplente indicado controlador

O Anexo IV à presente Proposta, contém as informações previstas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, com relação aos candidatos indicados pelas acionistas controladoras da Companhia ao seu Conselho Fiscal.

3.8. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 15, inciso III, do Estatuto Social da Companhia.

O Anexo V à presente Proposta contém as informações previstas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia (com a redação sugerida pelo Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021) conforme previsto na Instrução CVM 481/09, refletidas na tabela abaixo, em R\$ mil.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
2021*	2.598	5.480	391	8.470
2020	2.657	7.383	458	10.497
2019	2.603	8.032	457	11.092
2018	2.572	6.782	454	9.808

* Valor a ser aprovado em AGO de 2021. Em conformidade com o Ofício SEP 01/2021, o valor da remuneração da administração e do Conselho Fiscal de 2021 não contempla mais os encargos de obrigação do empregador. Para reconciliação, consultar item 13.16 do Anexo V.

3.9. Retificação da remuneração global dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia propõe à AGO a retificação da remuneração global dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme informações constantes do item 13.2 do Anexo V à presente Proposta, conforme tabela a seguir, em R\$ mil.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
2020	2.657	7.383	458	10.497
2020**	2.720	7.286	468	10.474

** Valor aprovado em AGO de 2020

Explicação do estouro: “Apesar da redução do PLR em 2020 como uma das medidas tomadas frente à pandemia, tivemos custos extras relativos a mudanças na alta administração que impactaram a remuneração global.”.

4. Informações Gerais.

- Poderão participar da Assembleia, ora convocada, os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores.

- A participação dos acionistas poderá ser: (a) pessoal ou por procurador devidamente constituído; (b) via boletim de voto a distância (“Boletim”), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim; e (c) excepcionalmente para esta Assembleia Geral, considerando as atualizações de casos de COVID-19 (coronavírus) no Brasil, conforme amplamente divulgado na mídia, a Companhia também fornecerá aos acionistas ou, no caso de participação por procuração, a seus procuradores, a possibilidade de participarem da Assembleia por meio de sistema eletrônico, através da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos do art. 21-C, §§1º e 2º da Instrução CVM 481/09.

Participação presencial

- A Companhia, como prática adotada e nos termos do artigo 13, parágrafo 3º, do Estatuto Social, solicita que os acionistas apresentem com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da AGO, os seguintes documentos:

- (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia;
- (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou
- (iii) Fundos de Investimento: cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia Geral, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como envio de cópias autenticadas, o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia, qual seja: ri@tegma.com.br.

Caso o acionista não tenha depositado previamente os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido, poderá participar da AGO desde que apresente, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes e exigidos para participar e votar, conforme o artigo 5º, parágrafo 2º da Instrução CVM 481/09.

Participação via Boletim

- O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar, à Avenida Nicola Demarchi, nº 2.000, Bairro Demarchi, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09820-655, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores ou para o e-mail (ri@tegma.com.br), os seguintes documentos:

- (i) boletim de voto a distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado, sendo permitida assinatura por certificado digital;
- (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia (desnecessária a notariação e consularização ou apostilamento no caso de acionistas estrangeiros);
- (iii) cópia simples dos seguintes documentos:
- para pessoas físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH, Passaporte ou, ainda, carteiras de entidade de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF do acionista (dispensado caso o número do CPF conste no documento de identificação a ser enviado);
 - para pessoas jurídicas: último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição do Conselho de Administração (se houver), ata de eleição de Diretoria e/ou procuração) bem como do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
 - para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

- Os Boletins, acompanhados da respectiva documentação, serão recebidos pela Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência da referida assembleia, e serão apontados como recebidos pela Companhia, se estiverem em plena ordem e de acordo com o disposto acima, em até 3 (três) dias do recebimento do referido documento.

- Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são satisfatórios para que o voto seja considerado válido, ou, caso necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio.

- Nos termos do Art. 21-C da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia informa que não possui sistema eletrônico para recebimento do boletim de voto a distância a ser disponibilizado.

- Nos termos do Art. 21-L da Instrução CVM 481/09, caso o acionista queira incluir candidatos a membros do conselho fiscal no boletim de voto a distância, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, localizada à Avenida Nicola Demarchi, nº 2.000, Bairro Demarchi, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09820-655, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Art. 21-M da ICVM 481) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

- Além da possibilidade de votar a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, a saber:

(i) Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio da Itaú Corretora de Valores, na qualidade de instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices>.

(ii) Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.

(iii) Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

Nos termos da Instrução CVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para o escriturador ou seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Participação via Sistema Eletrônico

O acionista que desejar participar (inclusive para votar) via sistema eletrônico, deverá enviar tal solicitação para a Companhia por meio do e-mail ri@tegma.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia (ou seja, até as 10:00 horas do dia 11 de abril de 2021), a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia. O pedido deve ser acompanhado da documentação de identificação prevista nos itens acima, observada a antecedência também prevista neste item.

A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na Assembleia aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

O acionista devidamente cadastrado que participar por meio da plataforma digital Microsoft Teams será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da Assembleia, nos termos do art. 21-V, inciso III e parágrafo único da Instrução CVM 481/09.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da realização da Assembleia (ou seja, até as 10:00 horas do dia 12 de abril de 2021), deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 4397-9423 em qualquer cenário, antes das 9h00 do dia 13 de abril de 2021 – a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico em tempo real para os acionistas que tiverem quaisquer problemas para participar da Assembleia de forma eletrônica. No entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio do sistema eletrônico.

A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Microsoft Teams, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da Assembleia, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

A Companhia sugere fortemente que seja dada preferência ao Boletim ou à participação por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia através da plataforma digital Microsoft Teams para fins de participação na Assembleia.

Observações finais

- A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. No entanto, a Companhia mantém canal de relacionamento aberto com seus analistas e acionistas, através do site da área de Relações com Investidores (<http://ri.tegma.com.br>) e e-mail (ri@tegma.com.br), utilizado para esclarecimento de dúvidas e qualquer tipo de informação relativa à Companhia.

Os acionistas encontrarão disponíveis na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.tegma.com.br), todas as informações e documentos necessários para o melhor entendimento das matérias acima, incluindo as informações referidas nos art. 9º, inciso III, art. 9º, § único, inciso II, art. 10 e art. 12 da Instrução CVM 481/09.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Murilo César Lemos dos Santos Passos

Presidente do Conselho de Administração

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
 Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
 NIRE 35.300.340.931

Identificação	Tegma Gestão Logística S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.351.144/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35.300.340.931, registrada como Companhia Aberta na CVM sob o nº 02080-0 (“Companhia” ou “Tegma”).
Sede	A sede da Companhia está localizada na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Nicola Demarchi, nº 2000, Bairro Demarchi, CEP 09.820-655.
Data de registro da Companhia na CVM como Companhia Aberta	28 de junho de 2007.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia está localizada na sede da Companhia. O Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Ramón Pérez Arias Filho. O telefone do departamento de Relações com Investidores da Companhia é (11) 4346-2532, o fax é (11) 4347-9330 e o e-mail é ri@tegma.com.br .
Audidores Independentes da Companhia	Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 20/10/2016, a contratação da KPMG Auditores Independentes S.S. para a auditoria dos resultados referentes ao 1º trimestre de 2017 e resultados subsequentes. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2020, foi aprovada a substituição da KPMG Auditores Independentes S.S. pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. na qualidade de auditor independente da Companhia.
Acionistas Controladores	Mopia Participações e Empreendimentos Ltda., Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. e Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos nos Mercados Doméstico e Internacional	Ações ordinárias listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o símbolo “TGMA3”, no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado.
Jornais nos quais se realizam as Divulgações de Informações	As publicações determinadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”), são realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal “Valor Econômico”.
Site na Internet	ri.tegma.com.br
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Tegma poderão ser obtidos com a Companhia, em sua sede social ou no site (ri.tegma.com.br).

SUMÁRIO

ANEXO I – COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	<u>1142</u>
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>3132</u>
ANEXO III – MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	<u>3637</u>
ANEXO IV – MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	<u>4546</u>
ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	<u>4748</u>

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
 NIRE 35.300.340.931

ANEXO I – COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (ICVM 481), conforme alterada, apresentamos abaixo os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

10. Comentários dos diretores
10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e de dados operacionais da companhia.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício de 2020 interrompeu uma tendência de crescimento recente da receita da Companhia por conta da primeira onda de contágio da COVID-19 e dos impactos provenientes das medidas de contenção da pandemia principalmente no segundo trimestre do ano. Apesar de a Companhia ter sido impactada negativamente na divisão de logística automotiva pelo fechamento no 2T20 de muito dos setores não essenciais, que incluía concessionárias de veículos e posteriormente pelos efeitos indiretos da pandemia na renda do brasileiro, na confiança e em parte no crédito, por outro lado, a pandemia incentivou a demanda por veículos particulares como forma de prevenção da pandemia em detrimento do uso de transporte público. A recuperação acentuada na comparação mês a mês das vendas de veículos no país no segundo semestre, e, conseqüentemente dos volumes transportados pela Tagma, contribuiu para o desempenho da Companhia em 2020. No entanto, considerando-se o cenário da divisão da Companhia de logística integrada teve o efeito contrário, em razão dessa atividade estar enquadrada em um dos setores considerados essenciais ou que foram beneficiados pela restrição de circulação por causa da pandemia, o que fez com que o faturamento da divisão crescesse na comparação anual.

Todo esse cenário foi acompanhado por um corte de custos e despesas no 2T20 que permitiu que a Companhia apresentasse uma geração de caixa positiva em 2020 (ambos operacional e livre), refletida também no EBITDA de 2020. A geração de caixa de 2020 e dos anos anteriores tornou o caixa da Companhia maior que sua dívida bruta em 2020. Apesar do cenário negativo em razão da COVID-19, fomos capazes de reportar um lucro líquido em 2020 positivo.

<i>(Em R\$ Mil)</i>	2018	2019	2020
Receita bruta	1.538.720	1.653.310	1.250.764
Geração de caixa operacional	104.890	177.570	203.723
Geração de caixa livre	71.657	108.668	155.452
EBITDA ajustado	200.468	250.083	162.520
Dívida líquida	75.044	70.086	(66.576)
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>0,4</i>	<i>0,3</i>	<i>N/A</i>
Lucro líquido	108.249	193.972	73.626

O giro do ativo, como demonstrado abaixo, mostra como a Companhia pôde capturar de forma eficiente a melhora do mercado automotivo entre 2018 e 2019 sem necessidade de incrementar seus ativos na mesma proporção de sua receita. O giro do ativo em 2020, no entanto, foi comprometido por conta da pandemia da COVID-19. Como a Companhia tem gerado caixa mesmo no ano da crise, nos últimos exercícios a

Companhia teve uma boa cobertura das obrigações circulantes. A geração de caixa tem crescido ano a ano, representando 50% do passivo total da companhia em 2020, conforme pode-se ver na tabela abaixo.

Índice de liquidez corrente ¹	2,0	1,7	2,5
Giro do ativo ²	1,9	1,8	1,2
Geração de caixa operacional/passivo total	32%	43%	51%

¹ Ativo circulante / passivo circulante

² Receita bruta / média do ativo total últimos dois anos

Em 2018, a Companhia atingiu o nível de 28%, reflexo do crescimento da receita que, aliado ao controle de custos (apesar de alguns eventos não recorrentes), permitiu aumentar o lucro operacional da Companhia. A queda do endividamento foi um ponto que contribuiu para a redução do capital empregado. Em 2019, mesmo desconsiderando o crédito tributário que somou R\$ 53 milhões, o ROIC foi superior ao de 2018 (33%) por conta de melhorias operacionais principalmente na divisão de logística integrada, apesar do aumento do patrimônio líquido no período. Por conta da pandemia da COVID-19 em 2020, a Companhia registrou uma queda em seu ROIC para 14% em função da queda do faturamento e da rentabilidade da empresa, apesar de todas as iniciativas de corte de custos implementadas.

(Em R\$ Mil)	2018	2019	2020
ROIC	28,3%	37,3%	16,2%
NOPAT (Lucro operacional*(1-34%))	101.009	158.145	65.956
Lucro operacional	153.044	239.614	99.933
Capital empregado (média últimos 4 trimestres)	356.565	424.181	405.902
(+) Dívida líquida	55.530	41.171	(43.963)
(+) Patrimônio Líquido	473.587	543.042	609.897
(-) Ágios de aquisição	172.552	160.032	160.032

a. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia é composta pelos seguintes itens abaixo discriminados. A Companhia entende que estes valores representam os recursos (caixa) oriundo de capitais de terceiros e capitais próprios investidos nas atividades regulares da Companhia nos exercícios apresentados.

(Em R\$ Mil)	2018	2019	2020
Operação 4.131 - US\$	50.488	53.481	-
Operação 4.131 - R\$	-	-	82.708
Notas de crédito de exportação	10.015	33.802	80.940
Debêntures	98.083	50.135	25.047
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	5.116
Total do endividamento	158.586	137.418	193.811

Patrimônio líquido	484.372	575.079	624.663
--------------------	---------	---------	---------

Índice de endividamento (endividamento total / patrimônio líquido)	32,7%	23,9%	31,0%
---	-------	-------	-------

Participação do capital:

Capital próprio (patrimônio líquido/ativo total)	60%	58%	61%
Capital de terceiros (1 - capital próprio)	40%	42%	39%

Em abril de 2020, a Companhia adquiriu duas novas dívidas: (i) Notas de Crédito de Exportação com o Banco Itaú S.A. pelo prazo de dois anos a uma taxa de CDI+3,8% a.a, no valor de R\$ 50 milhões de; e (ii) empréstimo com o Banco Santander (Brasil) S.A. na modalidade Res. 4.131, no prazo de um ano, a uma taxa de CDI+4,0% a.a, no valor de R\$ 40 milhões. Essa é uma operação 100% realizada com operação de swap para reais, sem risco cambial.

Em julho de 2020, a Companhia realizou o pagamento parcial de debêntures ([2ª] emissão) no montante de R\$ 25,0 milhões, o pagamento de um empréstimo na modalidade Res. 4131 no valor de R\$ 50,0 milhões e a

contratação de dois novos empréstimos, sendo o primeiro na modalidade Res. 4131 no valor de R\$ 40,0 milhões e um custo de CDI+2,66% a.a. e o segundo na modalidade CCB no valor de R\$ 5,0 milhões a uma taxa de CDI+2,91% a.a. O saldo de pagamentos e contratações de principais ao longo do ano de 2020 foi positiva, totalizando R\$ 56,7 milhões.

Em 2019, a Companhia efetuou o pagamento do principal e juros das debêntures (1ª emissão) no montante de R\$ 48 milhões e contratou dívida na modalidade NCE (Notas de Crédito de Exportação) no montante de R\$ 30 milhões com vencimento em 2022, 2023 e 2024 a um custo de CDI + 1,14% no intuito de reforçar caixa após a liquidação de debêntures mencionada anteriormente. Apesar da melhoria do rating atribuído pela Fitch (A[bra]estável) em agosto de 2019, custo médio total da dívida bruta da companhia em 31 de dezembro de 2019 foi de CDI + 1,41% a.a., um acréscimo do custo em razão do pagamento de dívidas mais baratas no exercício.

Em 2018, a Companhia emitiu uma dívida na modalidade res. 4.131 no valor de R\$ 50 milhões a um custo de CDI +0,89% com vencimento em 2020 e com os recursos pré-pagamos uma NCE (nota de crédito de exportação) no valor de R\$ 40 milhões que venceria em 2019 a um custo de CDI + 2,0%. Com isso, reduzimos os vencimentos do ano de 2019 e o custo médio da dívida bruta.

b. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

<i>(Em R\$ Mil)</i>	2018	2019	2020
A - Dívida Circulante (com juros)	54.776	82.413	68.811
B - Caixa e equivalentes de caixa	83.542	67.332	260.387
A / B	0,7	1,2	0,3
C - Passivo Circulante	170.642	268.715	205.845
D - Ativo circulante	337.511	449.072	517.707
C / D	0,5	0,6	0,4
Fluxo de caixa livre	166.140	157.829	155.452

Em função da pandemia da COVID 19, a Companhia realizou a captação de dívidas no intuito de resguardar a liquidez diante da incerteza financeira proveniente da crise sanitária. Por conta disso e da geração de caixa e considerando que obteve aproveitamento do crédito extraordinário de PIS COFINS no valor de R\$ 73,6 milhões, a posição de caixa da Companhia foi superior à dívida circulante em dezembro de 2020, assim como o conjunto do passivo circulante equivale a menos da metade do ativo circulante nessa mesa data, totalizando R\$ 205,8 milhões.

A posição de caixa de dezembro de 2019 foi impactada negativamente por represamentos temporários de pagamento, que foram regularizados nas semanas seguintes. Dessa forma, apesar das incertezas provenientes da crise da pandemia do COVID-19 em 2020, a administração acredita que medidas como a rolagem de dívidas ao longo de 2020 por meio de contratação de financiamento bancário, notas de crédito de exportação ou debêntures, da contenção de desembolsos financeiros não essenciais à manutenção da operação ao longo da crise e da eventual adoção de medidas de flexibilização contempladas pela Medida Provisória 927 de 22 de março de 2020 serão suficientes para cumprir os compromissos financeiros e operacionais de curto e médio prazo.

c. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento utilizadas recentemente correspondem a retenção de lucros e financiamentos bancários (Notas de Crédito de Exportação, Res. 4131 e CCB).

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso seja necessário, as fontes de financiamento podem ser o caixa gerado pelas operações, a retenção de lucros, debêntures, e financiamentos bancários (Notas de Crédito de Exportação, Finame, Res. 4131 e CCB).

e. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Nossos diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa e o atual patamar visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento consolidado da Companhia compreendia R\$ 68,8 milhões no passivo circulante e R\$ 125,0 milhões no passivo não circulante, somando R\$ 193,8 milhões. A composição da dívida bruta era de: 13% em debêntures, 42% Notas de Crédito de Exportação, 43% Operação 4.131 e 5% em CCB [Cédula de crédito bancário]. O custo médio da dívida bruta da companhia era de CDI + 2,92%.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento consolidado da Companhia compreendia R\$ 82 milhões no passivo circulante e R\$ 55 milhões no passivo não circulante, somando R\$ 137 milhões. A composição da dívida bruta era de: 36% em debêntures, 25% Notas de Crédito de Exportação e 39% Operação 4.131 em US\$ realizada com operação de swap para R\$. O custo médio da dívida bruta da companhia era de CDI + 1,41%.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento consolidado da Companhia compreendia R\$ 55 milhões no passivo circulante e R\$ 104 milhões no passivo não circulante, somando R\$ 159 milhões. A composição da dívida bruta era de: 62% em debêntures, 6% Notas de Crédito de Exportação e 32% Operação 4.131 em US\$ realizada com operação de swap para R\$. O custo médio da dívida bruta da companhia era de CDI + 1,38%.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

NCE – Nota de crédito de exportação

Em junho de 2017, a Companhia firmou contrato para contratação de Nota de Crédito de Exportação com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 10,0 milhões, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em junho de 2019, o segundo em dezembro de 2019 e a última parcela em junho de 2020. Os pagamentos de juros foram semestrais, pagos a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI+ 2,65% a.a (sem flat fee). Esse contrato foi integralmente quitado em junho de 2020.

Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato com o Banco Bradesco S.A., também sem garantia real, no montante de R\$ 30,0 milhões, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril 2024) e pagamentos de juros semestrais à partir de setembro de 2019. A taxa de juros negociada foi de CDI+1,14 % a.a. A taxa de juros desse contrato era de 3,04% a.a, em dezembro de 2020, comparado a 5,54% em dezembro de 2019.

Em abril de 2020, a Companhia firmou contrato com o Banco Itaú S.A. no montante de R\$ 50,0 milhões com vencimento do principal no final do contrato em abril de 2022 e pagamentos de juros semestrais a partir de outubro de 2020, sem garantias atreladas. A taxa de juros negociada foi de CDI+3,8% a.a. Em dezembro de 2020 a taxa de juros desse contrato era de 5,70% a.a.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA (1) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

Resolução 4131

Em agosto de 2018, a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13,4 milhões, equivalente a R\$ 50,0 milhões na data da transação, com o agente financiador Itaú BBA Internacional PLC, sem garantias reais atreladas, com pagamento do principal definido para a data de vencimento do contrato em agosto de 2020 e pagamento dos juros devidos em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020.

Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, swap de fluxo de caixa, com o Itaú Unibanco S.A. no mesmo montante e com as mesmas datas de vencimento, trocando a exposição da variação do dólar acrescido de taxa prefixada de 4,89% a.a., pela variação do CDI+0,89 % a.a., e, com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de swap como garantia ao credor do empréstimo, em dólares americanos. Em agosto de 2020, esse contrato foi integralmente quitado.

Em abril de 2020, a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40,0 milhões, com vencimento do principal e juros no final do contrato em abril de 2021, sem garantias reais atreladas e taxa de juros de CDI do período mais 4,0% ao ano. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de swap de forma a eliminar qualquer exposição cambial. A taxa de juros desse contrato foi de 5,90% a.a. em dezembro de 2020. Essa operação não possui nenhuma cláusula restritiva (covenants).

Em julho de 2020, a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40,0 milhões, com pagamentos de juros semestrais a partir de janeiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em julho de 2023, não possui nenhuma garantia real atrelada e taxa de juros de CDI + 2,66% a.a. A taxa de juros desse contrato foi de 4,56% a.a. em dezembro de 2020. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de swap de forma a eliminar qualquer exposição cambial.

Essa operação está sujeita a vencimento antecipado caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA (1) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas.

(1) LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (1ª emissão no montante de R\$ 200 milhões, e 2ª emissão no montante de R\$ 150 milhões (“Debêntures”). Os recursos líquidos obtidos foram integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As Debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. As Debêntures da 1ª emissão, juros tinham previsão de pagamento nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já as Debêntures da 2ª emissão possuem a previsão de pagamento dos juros nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das Debêntures da 1ª emissão, emitidas em duas séries, já foi totalmente amortizado. Nas Debêntures da 1ª série as amortizações ocorreram em 15 de fevereiro de 2016 (33,33%), 15 de fevereiro de 2017 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já nas Debêntures da segunda série, as amortizações foram em 15 de fevereiro de 2017 (33,33%), 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

As Debêntures da 2ª emissão, também emitidas em duas séries, tiveram a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 (33,33%) e a segunda amortização, prevista originalmente para 15 de dezembro de 2017, ocorreu de forma antecipada em 28 de setembro de 2017 (33,33%). Com relação à última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34% da emissão, foi prorrogado na proporção de 50% para 31 de julho de 2020, a qual já fora quitada, e 50% para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017. A taxa de juros negociada nessa repactuação foi de CDI+ 2% a.a. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2020 era de 3,90% a.a. (comparado a 6,4%, em dezembro de 2019).

As emissões de debêntures também estão sujeitas a vencimento antecipado caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA(1) igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

Série	Tipo	Data		Encargos financeiros anuais	Consolidado		
		Emissão	Vencimento		(R\$ mil)		
					2020	2019	2018
1ª emissão - 1ª série	Simple	15/02/2013	15/02/2018	DI + 0,84%	-	-	-
1ª emissão - 2ª série	Simple	15/02/2013	15/02/2019	DI + 0,97%	-	-	47.927
2ª emissão - 1ª série	Simple	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	13.358	26.739	26.750
2ª emissão - 2ª série	Simple	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	11.689	23.396	23.406
TOTAL					25.047	50.135	98.083

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nesta data, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

As debêntures emitidas e os empréstimos bancários estão sujeitas ao vencimento antecipado caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/EBITDA ajustado igual ou inferior a 2,50; e (ii) EBITDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.

Em 31 de dezembro de 2019, assim como nos dois exercícios anteriores, a Companhia esteve adimplente com estas cláusulas, conforme tabela abaixo:

(Em R\$ Mil)	2018	2019	2020
EBITDA	182.335	298.221	153.982
Revisão base PIS/Cofins	(4.478)	(50.391)	-
Custo da investigação Operação Pacto	-	2.254	3.317
Contingência cível Direct	14.500	-	-
Denúncia espontânea TCE	5.252	-	-
Desmobilização de Operações	-	-	5.220
Baixa contas a receber operação descontinuada	2.859	-	-
EBITDA ajustado	200.468	250.083	162.520

Endividamento líquido	75.044	70.086	-66.576
-----------------------	--------	--------	---------

Índice de endividamento (endividamento líquido / EBITDA ajustado)	0,4	0,3	N/A
Resultado Financeiro	(9.120)	22.697	(9.157)
Índice de endividamento (EBITDA ajustado / resultado financeiro)	22,0	N/A	17,7

Dentre algumas causas de vencimento antecipado constantes na(s) Escritura(s) de Debêntures, citamos abaixo algumas daquelas que ficam declaradas antecipada e automaticamente vencidas as debêntures emitidas pela Companhia caso:

- Haja alteração do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, de forma direta ou indireta, salvo se houver o prévio consentimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especificamente convocada para este fim.
- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja (i) em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na(s) Escritura(s) de Emissão e/ou (ii) tenha descumprido qualquer dos Índices Financeiros (conforme acima definidos), ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações.
- Além das restrições habituais comumente às Debêntures, tais como, mas não se limitando a: (i) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia que representem, em conjunto ou individualmente, 15% (quinze por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Companhia (diretas ou indiretas); (iii) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer de suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um evento de inadimplemento não Automático; (iv) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (v) cancelamento do registro de Companhia aberta da Companhia perante a CVM.

f. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia esclarece que todos os recursos obtidos pelas emissões de debêntures correspondem a 100% dos montantes contratados.

g. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de balanço patrimonial consolidado e objeto de auditoria da Companhia para os exercícios sociais indicados:

Balanço patrimonial consolidado

(Em R\$ Mil)

Ativo	dez/18	AV	dez/19	AV	AH	dez/20	AV	AH
Ativo circulante	337.511	41,7%	449.072	45,6%	33,1%	517.707	50,4%	53,4%
Caixa e equivalentes de caixa	83.542	10,3%	67.332	6,8%	-19,4%	260.387	25,4%	286,7%
Contas a receber de clientes	226.227	27,9%	261.173	26,5%	15,4%	212.138	20,7%	-18,8%
Partes relacionadas	4.126	0,5%	684	0,1%	-83,4%	182	0,0%	-73,4%
Estoques (almoxxarifado)	173	0,0%	75	0,0%	-56,6%	82	0,0%	9,3%
Imposto de renda e contribuição social	3.342	0,4%	1.130	0,1%	-66,2%	829	0,1%	-26,6%
Impostos e contribuições a recuperar	12.007	1,5%	106.280	10,8%	785,2%	33.989	3,3%	-68,0%
Demais contas a receber	6.775	0,8%	6.687	0,7%	-1,3%	8.266	0,8%	23,6%
Despesas antecipadas	1.319	0,2%	1.972	0,2%	49,5%	1.834	0,2%	-7,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	3.739	0,4%	-	-	0,0%	-
Ativo não circulante	61.358	7,6%	46.598	4,7%	-24,1%	46.744	4,6%	-23,8%
Impostos e contribuições a recuperar	9.417	1,2%	9.689	1,0%	2,9%	9.544	0,9%	-1,5%
Demais contas a receber	6.670	0,8%	1.832	0,2%	-72,5%	2.314	0,2%	26,3%
Ativo fiscal diferido	16.129	2,0%	16.910	1,7%	4,8%	14.675	1,4%	-13,2%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	2.600	0,3%	-	3.956	0,4%	52,2%
Partes relacionadas	15.626	1,9%	1.115	0,1%	-92,9%	1.115	0,1%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	1.614	0,2%	-	0,0%	-	-	0,0%	-
Depósitos judiciais	11.902	1,5%	14.452	1,5%	21,4%	15.140	1,5%	4,8%
Ativo realizável a longo prazo	410.564	AV	489.751	49,7%	19,3%	462.481	45,0%	12,6%
Investimentos	35.944	4,4%	38.343	3,9%	6,7%	38.092	3,7%	-0,7%
Imobilizado	202.166	25,0%	209.033	21,2%	3,4%	202.117	19,7%	-3,3%
Intangível	172.454	21,3%	171.446	17,4%	-0,6%	170.769	16,6%	-0,4%
Direito de uso	-	0,0%	70.929	7,2%	-	51.503	5,0%	-27,4%
Total do ativo	809.433	100,0%	985.421	100,0%	21,7%	1.026.932	100,0%	26,9%
Balanço patrimonial consolidado	dez/18	AV	dez/19	AV	AH	dez/19	AV	AH
Passivo circulante	170.642	21,1%	268.715	27,3%	57,5%	205.845	20,0%	20,6%
Empréstimos e financiamentos	6.703	0,8%	61.022	6,2%	810,4%	43.764	4,3%	-28,3%
Debêntures	48.073	5,9%	25.130	2,6%	-47,7%	25.047	2,4%	-0,3%
Arrendamento	-	0,0%	28.867	2,9%	-	26.980	2,6%	-6,5%
Fornecedores e fretes	36.898	4,6%	36.312	3,7%	-1,6%	31.268	3,0%	-13,9%
Tributos a recolher	15.095	1,9%	19.414	2,0%	28,6%	16.433	1,6%	-15,4%
Salários e encargos sociais	24.261	3,0%	26.263	2,7%	8,3%	20.741	2,0%	-21,0%
Demais contas a pagar	30.863	3,8%	29.637	3,0%	-4,0%	30.588	3,0%	3,2%

Partes relacionadas	2.311	0,3%	72	0,0%	-96,9%	73	0,0%	1,4%
Imposto de renda e contribuição social	6.438	0,8%	41.998	4,3%	552,3%	10.951	1,1%	-73,9%
Passivo não circulante	154.419	19,1%	141.627	14,4%	-8,3%	195.448	19,0%	26,6%
Empréstimos e financiamentos	55.414	6,8%	30.000	3,0%	-45,9%	125.000	12,2%	316,7%
Partes relacionadas	1.958	0,2%	542	0,1%	-72,3%	559	0,1%	3,1%
Debêntures	50.010	6,2%	25.005	2,5%	-50,0%	-	0,0%	-
Arrendamento	-	0,0%	48.055	4,9%	-	33.561	3,3%	-30,2%
Passivo fiscal diferido	2.593	0,3%	2.759	0,3%	6,4%	-	0,0%	-
Provisões para demandas judiciais	44.444	5,5%	35.266	3,6%	-20,7%	33.878	3,3%	-3,9%
Passivo atuarial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	2.450		
Patrimônio líquido	484.372	59,8%	575.079	58,4%	18,7%	624.663	60,8%	29,0%
Capital social	144.469	17,8%	144.469	14,7%	0,0%	318.524	31,0%	120,5%
Reservas de capital	174.055	21,5%	174.055	17,7%	0,0%	-	0,0%	-
Reservas de lucros	138.195	17,1%	256.903	26,1%	85,9%	295.557	28,8%	15,0%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-	0,0%	-
Ações em tesouraria	(342)	0,0%	(342)	0,0%	0,0%	(342)	0,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(311)	0,0%	(6)	0,0%	-98,1%	(1.617)	-0,2%	26850,0%
Dividendos adicionais propostos	28.306	3,5%	-	0,0%	-	12.541	1,2%	-
			-			-		
			-			976		
Participação dos não controladores	-		-			-		
Total do passivo e do patrimônio líquido	809.433	100,0%	985.421	100,0%	21,7%	1.026.932	100,0%	26,9%

Comentário das principais variações patrimoniais entre 2020 e 2019

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A variação em 2019 foi negativa em R\$ 16 milhões vs 2018 em razão de i) uma geração operacional de caixa de R\$ 148 milhões positivos (líquido de Pagamento de arrendamento mercantil), ii) de investimentos que somaram R\$ 38 milhões, iii) de dividendos pagos que somaram R\$ 104 milhões e v) de pagamentos de dívida, líquidos de captações, que somaram R\$ 23 milhões negativos.

Contas a receber

A redução de R\$ 49,0 milhões em 2020 (-18,8%) se deu em razão da queda de 24,3% do faturamento bruto em 2020 vs 2019 e da redução de 2 dias do prazo de recebimento dos clientes por conta do mix de operações.

Impostos a recuperar circulante

A rubrica impostos a recuperar circulante de 2020 decresceu R\$ 72,3 milhões em razão da compensação do crédito tributário referente a PIS/COFINS (ref. a exclusão do ICMS da base de cálculo), quando comparada ao ano de 2019.

Instrumentos financeiros derivativos circulante

A linha de Instrumentos financeiros derivativos – Swap foi zerada em função da quitação da operação 4131 em moeda estrangeira, em agosto de 2020.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido de 2020 foi R\$ 3,0 milhões inferior vs 2019 em função de compensação dos prejuízos fiscais das controladas TLV e TCE (R\$ 2,5 milhões).

Títulos e valores mobiliários

A linha títulos e valores mobiliários foi R\$ 1,4 milhão superior em 2020 vs 2019 em função dos investimentos realizados em startups sendo R\$ 2 milhões Rabbot e uma redução de R\$ 750 mil da Frete Rápido que foram convertidos em participação societária na linha investimentos (10% do capital social).

Imobilizado

O imobilizado da Companhia foi R\$ 6,9 milhões inferior em 2020 vs 2019 em função principalmente da depreciação do exercício de 2020 ter sido de R\$ 19,1 milhões, R\$ 3,1 milhões superior às aquisições de imobilizado no mesmo período.

Direito de uso

A linha direito de uso de 2020 foi R\$ 19,4 milhões inferior ao de 2019 em função principalmente da amortização do exercício de 2020 ter sido de R\$ 33,2 milhões e R\$ 16,1 milhões superior às renovações dos contratos no mesmo período.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos circulante

A conta empréstimos e financiamentos circulantes se reduziu R\$ 17,3 milhões em 2020 vs 2019 em razão da dinâmica de pagamento de dívidas vincendas e da reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Arrendamento (circulante e não circulante)

As linhas de arrendamento (circulante e não circulante) foram R\$ 16,4 milhões em 2020 vs 2019 em razão principalmente dos pagamentos realizados no período R\$ 35,5 milhões e R\$ 16,1 milhões referente às renovações dos contratos.

Fornecedores e fretes

A conta fornecedores e fretes de 2020 foi R\$ 5,9 milhões inferior vs 2019 em função principalmente da queda da quantidade de veículos transportados em 2020 que demandou menos contratação dos transportadores.

Salários e encargos sociais

A linha de salários e encargos sociais foi 21,0% inferior (R\$ 5,2 milhões) em função da redução do quadro de funcionários e da redução de salários/jornada de acordo com a **Adesão à Lei nº 14.020/20 (antiga Medida Provisória 936)MP-936**.

Imposto de renda e contribuição social

A linha de imposto de renda e contribuição social foi R\$ 31,0 milhões inferior a 2019 (-73,9%) em função da redução do resultado tributável.

Empréstimos e financiamentos não circulante

A conta empréstimos e financiamentos não circulantes se reduziu em R\$ 95 milhões em 2020 vs 2019 em razão da reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Debêntures não circulantes

A rubrica debêntures não circulantes caíram R\$ 25 milhões em 2019 vs o 2018 em razão da dinâmica de reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Participação dos não controladores

A linha Participação dos não controladores refere-se a 17% da participação dos minoritário na empresa Fastline (controlada indireta da Companhia).

Passivo atuarial

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu a provisão do passivo atuarial no montante R\$ 2,5 milhões em função da lei nº 9.656/98 que prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais.

Comentário das principais variações patrimoniais entre 2019 e 2018

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A variação em 2019 foi negativa em R\$ 16 milhões vs 2018 em razão de i) uma geração operacional de caixa de R\$ 148 milhões positivos (líquido de Pagamento de arrendamento mercantil), ii) de investimentos que somaram R\$ 38 milhões, iii) de dividendos pagos que somaram R\$ 104 milhões e v) de pagamentos de dívida, líquidos de captações, que somaram R\$ 23 milhões negativos.

Contas a receber

O aumento de R\$ 34 milhões em 2019 (+15,4%) se deu em razão do aumento de 7,4% do faturamento bruto em 2019 vs 2018 e do aumento de 5 dias do prazo de recebimento em razão da renegociação do prazo de recebimento de alguns importantes clientes que tiveram em alguns casos contrapartida de novos contratos.

Partes relacionadas circulante

A conta partes relacionadas circulante de 2019 reduziu R\$ 3,5 milhões ou 83,4% vs 2018 por conta da quitação dos contratos de mútuos da antiga controlada TLI (Tegma Logística Integrada SA) em julho de 2019.

Impostos a recuperar circulante

A rubrica impostos a recuperar circulante de 2019 subiu R\$ 94,3 milhões em razão do reconhecimento do direito de realizar a exclusão de créditos de PIS e COFINS que abrange o período de agosto de 2003 a fevereiro de 2017 que foi fundamentado na decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”).

Instrumentos financeiros derivativos circulante

A linha de Instrumentos financeiros derivativos – Swap foi criada novamente pelo fato do empréstimo contratado na modalidade 4.131 em US\$, que foi completamente realizada com operações de swap para R\$, foi reclassificado de dívidas do não circulante para o circulante.

Demais contas a receber não circulante

A linha demais contas a receber não circulante se reduziu R\$ 5 milhões ou (-73%) em razão do recebimento de um ativo indenizatório de uma contingência cível.

Títulos e valores mobiliários

A linha títulos e valores mobiliários apresentam os montantes que foram aportados nas empresas investidas pela tegUP (Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. e Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.).

Partes relacionadas não circulante

A conta partes relacionadas não circulante de 2019 reduziu R\$ 14,5 milhões em razão do ganho de causa que questionou o recolhimento da contribuição ao FUNDAF sobre as receitas de serviços alfandegários da sua operação em Cariacica-ES da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. cujo valor fez parte da negociação na formação da joint venture. O valor foi recebido e repassado para a controladora em maio de 2019.

Investimentos

A conta investimentos em 2019 aumentou R\$ 15,4 milhões em razão principalmente do desempenho positivo da joint venture GDL.

Direito de uso

A linha direito de uso foi criada para atender as novas normas do IFRS 16, onde é necessário reconhecer o direito de utilização dos contratos de locação.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos circulante

A conta empréstimos e financiamentos circulantes cresceu R\$ 54 milhões em 2019 vs 2018 em razão da reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Debêntures circulante

A linha debêntures circulantes caíram R\$ 23 milhões em 2019 vs o 2018 em razão da amortização da dívida.

Arrendamento mercantil (circulante e não circulante)

A linha arrendamento mercantil foi criada para atender as novas normas do IFRS 16, onde é necessário reconhecer o passivo de utilização dos contratos de locação.

Partes relacionadas circulante

A conta partes relacionadas circulante de 2019 reduziu R\$ 2,2 milhões ou 96,9% vs 2018 por conta de passivos quitados com a antiga controlada TLI (Tegma Logística Integrada SA) no 1T19.

Provisões para demandas judiciais

A linha provisões para demandas judiciais em 2019 reduziram R\$ 9 milhões ou 21%, impactado principalmente pela redução de provisão para demandas cíveis e pela quitação de demanda judicial com seguradora no valor de R\$5,1 milhões.

Empréstimos e financiamentos não circulante

A conta empréstimos e financiamentos não circulantes sofreu uma redução de R\$ 25 milhões em 2019 vs 2018 em razão da reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Debêntures não circulantes

A rubrica debêntures não circulantes caíram R\$ 25 milhões em 2019 vs o 2018 em razão da dinâmica de reclassificação de dívidas do não circulante para o circulante.

Comentário das variações de resultado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações de resultados consolidados e objeto de auditoria da Companhia para os exercícios sociais indicados:

Demonstração do resultado consolidado

(Em R\$ Mil)

	2018	AV (%)	2019	AV (%)	AH (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Receita bruta	1.538.720	122,7%	1.653.310	122,7%	7,4%	1.250.764	123,6%	-24,3%
(-) Impostos e deduções	(284.941)	-22,7%	(305.990)	-22,7%	7,4%	(238.729)	-23,6%	-22,0%
Receita líquida	1.253.779	100,0%	1.347.320	100,0%	7,5%	1.012.035	100,0%	-24,9%
(-) Custo dos serviços prestados	(995.805)	-79,4%	(1.060.475)	-78,7%	6,5%	(811.900)	-80,2%	-23,4%
Lucro bruto	257.974	20,6%	286.845	21,3%	11,2%	200.135	19,8%	-30,2%
(-) Despesas	(104.929)	-8,4%	(47.230)	-3,5%	-55,0%	(100.202)	-9,9%	112,2%
(-) Resultado financeiro	(9.120)	-0,7%	22.697	1,7%	-	(9.157)	-0,9%	-
(-) Equivalência patrimonial	371	0,0%	2.986	0,2%	704,9%	6.276	0,6%	110,2%
Lucro antes do IR e da CS	144.296	11,5%	265.298	19,7%	83,9%	97.052	9,6%	-63,4%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(36.047)	-2,9%	(71.326)	-5,3%	97,9%	(23.543)	-2,3%	-67,0%
Lucro líquido	108.249	8,6%	193.972	14,4%	79,2%	73.509	7,3%	-62,1%
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	-	0,0%	-	0,0%	-	73.626	7,3%	-
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	108.249	8,6%	193.972	14,4%	79,2%	(117)	0,0%	-

A Companhia deixou de consolidar a Tegma Logística Integrada S.A. a partir de fevereiro de 2018 como um investimento direto, devido à criação da joint venture “GDL” que tem por objetivo a prestação de serviços de armazenagem geral e alfandegada em Cariacica-ES. A partir dessa data, a GDL passou a deter o controle direto da Tegma Logística Integrada S.A., portanto, a variação patrimonial da GDL passou a ser contabilizada em equivalência patrimonial da Companhia.

Eventos não recorrentes no exercício de 2020

1. despesas com honorários advocatícios relacionadas à defesa decorrente da Operação Pacto de outubro de 2019 no valor de R\$ 3,3 milhões;
2. custos de desmobilização da unidade de armazenagem de Barueri-SP da divisão de logística integrada no valor de R\$ 5,2 milhões (R\$ 2,3 milhões em despesas e R\$ 2,9 milhões em custos);

Eventos não recorrentes no exercício de 2019

Eventos não recorrentes de 2019 (em R\$ milhão)	2019 Consol
Receita bruta	-
Deduções da receita bruta	-
Receita líquida	-
(-) Custo dos serviços prestados	(6,1)
Crédito de PIS Cofins (custos)	(6,1)
Lucro bruto	(6,1)
Despesas	56,5
Crédito de PIS Cofins (principal)	-
Custos Operação Pacto	(2,3)
Lucro operacional/EBITDA	50,4
Resultado financeiro	33,3
Crédito de PIS Cofins (Correção Monetária)	(1,6)
Crédito de PIS Cofins (IOF crédito)	34,9
Lucro antes do IR e da CS	83,7
Imposto de renda e contribuição social	(28,4)
Crédito de PIS Cofins (Imposto de Renda)	(28,4)
Lucro/prejuízo líquido	55,3

1. Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tagma Gestão Logística que reconheceu o direito da Controladora em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 101,4 decorrente da exclusão do ICMS em suas apurações de PIS e COFINS, já atualizado pela SELIC. Os créditos do período de março de 2017 a novembro de 2018 já haviam sido reconhecidos em dezembro de 2018.

2. Em setembro de 2019, foram reconhecidos R\$ 91,4 milhões (R\$ 56,5 milhões em outras receitas e despesas e R\$ 34,9 milhões em receitas financeiras referente à correção monetária), além de um custo de R\$ 6,1 milhões referente aos honorários advocatícios da causa em questão (outros custos), R\$ 1,6 milhão de PIS/COFINS sobre a receita financeira e provisão de R\$ 28,4 milhões de Imposto de Renda sobre os lançamentos.

Eventos não recorrentes no exercício de 2018

Eventos não recorrentes de 2018 (em milhão)	2018 Consol.
Receita bruta	-
Deduções da receita bruta	(0,8)
(1) Denúncia espontânea	(5,3)
(2) Crédito de PIS/COFINS	4,5
Receita líquida	(0,8)
(-) Custo dos serviços prestados	-
Lucro bruto	(0,8)
Despesas gerais e administrativas	(16,5)
(3) Sucumbência processo operação descontinuada	(2,0)
(4) Contingência cível Direct	(14,5)
Outras receitas (despesas) líquidas	(0,9)
(3) Sucumbência processo operação descontinuada	(0,9)
Lucro operacional/EBITDA	(18,1)
Resultado financeiro	(1,4)
(1) Correção monetária e juros Denúncia espontânea	(2,0)
(2) Correção monetária Crédito de PIS/COFINS	0,6
Lucro antes do IR e da CS	(19,5)
Imposto de renda e contribuição social	4,9
(4) Const. IR diferido contingência cível Direct	4,9
Lucro/prejuízo líquido	(14,6)

1. A Tagma, seguindo seu processo interno de *compliance*, identificou incorreções no recolhimento de imposto relativo à operação de químicos, da logística integrada. Em função disso, optou por apresentar uma denúncia espontânea para o recolhimento adicional de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da referida operação dos últimos cinco anos. Tal regularização resultou no reconhecimento de uma despesa de R\$ 5,3 milhões de imposto na linha “deduções da receita bruta”, além de R\$ 2 milhões de multa e juros na linha “despesas financeiras” no 3T18 e o respectivo.

2. Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Os créditos reconhecidos foram fundamentados na decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) de 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral. Como os embargos de declaração do processo ainda estão pendentes de decisão, não havendo ainda decisão sobre a possibilidade de reconhecimento de créditos de períodos precedentes (no caso da Companhia cinco anos antes de 2008), os créditos registrados abrangem apenas o período de março de 2017 a dezembro de 2018. O impacto no resultado foi um

crédito de R\$10,6 milhões [R\$ 4,5 milhões referentes a 2017 e R\$ 6,1 milhões referentes a 2018] R\$ 0,614 milhão de atualização monetária

3. A antiga controlada Direct Express (vendida em 2014) demandou judicialmente um de seus clientes pleiteando pagamento adicional por serviços prestados. A ação foi julgada improcedente em primeira e segunda instâncias, por conta disso, a mesma, e por consequência a Tegma, como sucessora das obrigações e direitos, foi condenada ao pagamento dos honorários de sucumbência no montante de R\$ 2,9 milhões. Embora ainda haja a possibilidade de discussão em instância superior, o resultado da Tegma já foi afetado pelo início da execução da sentença.

4. O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40 milhões. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2018 a Administração revisou as premissas de cálculo o que resultou em uma provisão complementar no montante R\$ 14,5 milhões para fazer frente a essa cláusula contratual, impactando a linha de outras receitas (despesas) líquidas, assim como o correspondente impacto de 34% desse valor no imposto de renda diferido. Dessa forma, o saldo destas provisões totaliza R\$ 22,1 milhões.

Comentário das principais variações de resultado entre 2020 e 2019

Receita bruta

A receita bruta da Tegma de 2020 diminuiu 24,3% vs 2019, em função principalmente da queda de 26,4% da quantidade de veículos transportados pela divisão automotiva, que foi afetada pela crise da pandemia da COVID-19. Por outro lado, a divisão de logística integrada cresceu 5,8% em função da exposição a setores que não foram afetados pela pandemia ou até que foram beneficiados.

Impostos e deduções

Os impostos e deduções foram 22,0% inferiores na comparação anual, acompanhando a evolução da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

O CSP de 2020 foram 23,4% inferiores na comparação anual (sem os efeitos não recorrentes mencionados de 2019) variação similar à evolução da receita líquida de 24,9% em razão da predominância dos custos variáveis da divisão automotiva, aliado ao corte de custos fixos e com pessoal que a Tegma realizou em meio à pandemia da COVID 19.

Despesas

As despesas de 2020 somaram R\$ 99,8 milhões, 112,2% superiores vs 2019, ou -3,4% inferior sem considerar o crédito de PIS Cofins extraordinário de R\$ 56,5 em 2019 na comparação anual, reflexo principalmente das medidas de cortes de despesas realizadas no corporativo durante o segundo trimestre de 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2020 foi 13,6% inferior na comparação com 2019 (desconsiderando os eventos mencionados acima) em razão principalmente da redução da taxa básica de juros, do saldo médio da dívida líquida, apesar do aumento do spread médio da dívida.

Imposto de renda e contribuição social

A alíquota de IR em 2020 foi de 24,3%, diferença em relação à alíquota nominal de 34% por conta principalmente do benefício fiscal do pagamento de JCP e da exclusão da receita do crédito outorgado de ICMS da base de apuração do imposto.

Comentário das principais variações de resultado entre 2019 e 2018

Receita bruta

A receita bruta da Tegma cresceu 7,6% em 2019, replicando o crescimento de 7,4% da divisão automotiva que manteve a série de crescimento dos últimos anos. Este crescimento foi guiado pelo aumento de +5,1% na

quantidade de veículos transportados em comparação com 2018, pelo crescimento de 5,9% na distância média, pelo reajuste de preços realizado ao longo do ano. A receita bruta da divisão de logística integrada foi estável em 2019 vs 2018, apresentando uma redução de 0,7% na receita. Este valor deriva da melhora de 7% da receita da logística industrial, que conquistou novos clientes neste último ano, e da queda de 23% na receita de armazenagem, afetada pela perda de um cliente e redução das operações no Rio de Janeiro.

Impostos e deduções

Os impostos e deduções cresceram 7,7%, acompanhando o crescimento de receita bruta.

Custo dos serviços prestados

O CSP de 2019 cresceu 6,2%, variação inferior ao crescimento de 7,6% da receita líquida em razão do controle de custos fixos e com pessoal que a Tegma realizou em 2019.

Despesas

As despesas permaneceram cresceram 15,9% em 2019 comparado a 2018. O crescimento acima da receita se deveu principalmente ao aumento de gastos com consultorias estratégicas e honorários advocatícios.

Resultado financeiro

As despesas de juros, líquidas de receitas de aplicações financeiras em 2019 foi R\$ 3,4 milhões, 33,5% inferior ao resultado de 2018 em função da redução do endividamento da companhia e da redução da taxa básica de juros. No ano de 2019, em função da nova norma contábil IFRS 16, o resultado foi onerado em R\$ 6,2 milhões referente ao juro sobre arrendamento.

Imposto de renda e contribuição social

A alíquota de IR em 2019 foi de 23,3%, diferença em relação à alíquota nominal de 34% por conta principalmente do benefício fiscal do pagamento de JCP e da exclusão da receita do crédito outorgado de ICMS da base de apuração do imposto.

10.2 Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:**
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

2020 vs 2019

A receita bruta da Tegma de 2020 foi 24,3% inferior na comparação com 2019 em razão principalmente da divisão de logística automotiva, que reportou uma queda de 31,7% da quantidade de veículos transportados em comparação com 2019, um crescimento de 5,9% da distância média, uma queda da receita de serviços acessórios da logística automotiva como gestão de pátios e por conta do reajuste de preços realizado ao longo do ano. A receita da divisão de logística integrada foi 5,8% superior em 2020 vs 2019 em razão principalmente do crescimento de operações que estão expostas a setores essenciais e que têm uma dinâmica favorável e que cresceram em meio à pandemia. Adicionalmente, foi reportado a perda de um importante cliente da operação de armazenagem no último trimestre do ano.

2019 vs 2018

A receita bruta da Tegma cresceu 7,4% em 2019 em razão principalmente da divisão de logística automotiva, que reportou um aumento de 5,1% da quantidade de veículos transportados em comparação com 2018, um crescimento de 5,9% da distância média, crescimento de serviços acessórios da logística automotiva e o reajuste de preços realizado ao longo do ano. A receita da divisão de logística integrada se retraiu 0,7% em 2019 vs 2018 em razão principalmente da não consolidação da operação de armazenagem alfandegada do Espírito Santo, que se tornou equivalência patrimonial. Desconsiderando essa operação em janeiro de 2018, a receita da divisão teria crescido 0,7% em razão principalmente do bom desempenho da logística industrial, apesar da perda de receita da operação de armazenagem.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados operacionais consolidados da Companhia são afetados por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando: (i) a variações no volume de veículos transportados na Divisão Automotiva; (ii) a evolução das distâncias médias das entregas de veículos na Divisão Automotiva; (iv) aos reajustes das tarifas de transporte da Divisão Automotiva; e (v) a conquista e perda de contratos na Divisão de Logística Integrada.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia, mais precisamente, o desempenho dos resultados operacionais da divisão automotiva da Companhia, foram reflexo da queda de 31,7% no volume de veículos transportados e do aumento de 5,9% da distância média vs 2019, além dos reajustes de tarifas de transporte.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia, mais precisamente, o desempenho da receita líquida da divisão automotiva da Companhia, foram reflexo do aumento de 5,1% no volume de veículos transportados e de 5,9% da distância média vs 2018, além dos reajustes de tarifas de transporte.

Adicionalmente, tivemos os eventos não recorrentes no ano de 2018 abaixo descritos:

1. Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tagma Gestão Logística que reconheceu o direito da Controladora em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 101,4 decorrente da exclusão do ICMS em suas apurações de PIS e COFINS, já atualizado pela SELIC. Os créditos do período de março de 2017 a novembro de 2018 já haviam sido reconhecidos em dezembro de 2018.

Em setembro de 2019, foram reconhecidos R\$ 91,4 milhões (R\$ 56,5 milhões em outras receitas e despesas e R\$ 34,9 milhões em receitas financeiras referente à correção monetária), além de um custo de R\$ 6,1 milhões referente aos honorários advocatícios da causa em questão (outros custos), R\$ 1,6 milhão de PIS/COFINS sobre a receita financeira e provisão de R\$ 28,4 milhões de Imposto de Renda sobre os lançamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia, mais precisamente, o desempenho da receita líquida da divisão automotiva da Companhia, foram reflexo do aumento de 3,6% no volume de veículos transportados e de 7% da distância média vs 2017, além dos reajustes de tarifas de transporte e do crescimento de outros serviços como armazenagem, gestão de pátios e PDI.

A Companhia deixou de considerar a Tagma Logística Integrada S.A. a partir de fevereiro de 2018 como um investimento direto, devido à criação da joint venture “GDL” que tem por objetivo a prestação de serviços de armazenagem geral e alfandegada em Cariacica-ES. A partir dessa data, a GDL passou a deter o controle direto da Tagma Logística Integrada S.A., portanto, a variação patrimonial da GDL passou a ser contabilizada em equivalência patrimonial da Companhia.

Adicionalmente, tivemos os eventos não recorrentes no ano de 2018 abaixo descritos:

1. A Tagma, seguindo seu processo interno de *compliance*, identificou incorreções no recolhimento de imposto relativo à operação de químicos, da logística integrada. Em função disso, optou por apresentar uma denúncia espontânea para o recolhimento adicional de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da referida operação dos últimos cinco anos. Tal regularização resultou no reconhecimento de uma despesa de R\$ 5,3 milhões de imposto na linha “deduções da receita bruta”, além de R\$ 2 milhões de multa e juros na linha “despesas financeiras” no 3T18 e o respectivo.

2. Em dezembro de 2018, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Os créditos reconhecidos foram fundamentados na decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) de 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral. Como os embargos de declaração do processo ainda estão pendentes de decisão, não havendo ainda decisão sobre a possibilidade de reconhecimento de créditos de períodos precedentes (no caso da Companhia cinco anos antes de 2008), os créditos registrados abrangem apenas o período de março de 2017 a dezembro de 2018. O impacto no resultado foi um crédito de R\$10,6 milhões [R\$ 4,5 milhões referentes a 2017 e R\$ 6,1 milhões referentes a 2018] R\$ 0,614 milhão de atualização monetária.

3. A antiga controlada Direct Express (vendida em 2014) demandou judicialmente um de seus clientes pleiteando pagamento adicional por serviços prestados. A ação foi julgada improcedente em primeira e segunda instâncias, por conta disso, a mesma, e por consequência a Tagma, como sucessora das obrigações e direitos, foi condenada ao pagamento dos honorários de sucumbência no montante de R\$ 2,9 milhões. Embora ainda haja a possibilidade de discussão em instância superior, o resultado da Tagma já foi afetado pelo início da execução da sentença.

4. O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40 milhões. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2018 a Administração revisou as premissas de cálculo o que resultou em uma provisão complementar, além das provisões correntes realizadas ao longo do exercício, no montante R\$ 14,5 milhões para fazer frente a essa cláusula contratual, impactando a linha de outras receitas (despesas) líquidas, assim como o correspondente impacto de 34% desse valor no imposto de renda diferido. Dessa forma, o saldo destas provisões totaliza R\$ 22,1 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**, a receita bruta da divisão de logística de veículos foi de R\$ 1,1 bilhão, comparada a R\$ 1,5 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 28,2% de redução em decorrência de: (i) redução de 31,7% no volume de veículos transportados quando comparados ao ano de 2019; (ii) do crescimento de 5,9% da quilometragem média percorrida e (iii) do ajuste anual de tarifa de transporte que reflete a inflação do setor. A receita da divisão de logística integrada foi de R\$ 200 milhões, 5,8% superior a 2019 em razão principalmente do crescimento de operações que estão expostas a setores essenciais e que têm uma dinâmica favorável e que cresceram em meio à pandemia. Adicionalmente, foi reportado a perda de um importante cliente da operação de armazenagem no último trimestre do ano.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020** não tivemos impactos diretos da taxa de câmbio em nossas receitas, bem como não houve a introdução de novos produtos e serviços.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**, a receita bruta da divisão de logística de veículos foi de R\$ 1,5 bilhão, comparada a R\$ 1,4 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 8,6% de crescimento em decorrência de: (i) crescimento de 5,1% no volume de veículos transportados quando comparados ao ano de 2018; (ii) do crescimento de 5,9% da quilometragem média percorrida pelos veículos; e (iii) do ajuste anual de tarifa de transporte que reflete a inflação do setor. A receita da divisão de logística integrada foi de R\$ 190 milhões, 0,7% inferior a 2018 em razão principalmente da não consolidação da operação de armazenagem alfandegada do Espírito Santo, que se tornou equivalência patrimonial. Desconsiderando essa operação de janeiro de 2018, a receita da divisão teria crescido 0,7% em razão principalmente do bom desempenho da logística industrial.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019** não tivemos impactos diretos da taxa de câmbio em nossas receitas, bem como não houve a introdução de novos produtos e serviços.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**, a receita bruta da divisão de logística de veículos foi de R\$ 1,4 bilhão, comparada a R\$ 1,1 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 20% de crescimento em decorrência de: (i) crescimento de 3,6% no volume de veículos transportados quando comparados ao ano de 2017; (ii) do crescimento de 7% da quilometragem média percorrida pelos veículos; e (iii) do crescimento de outros serviços como armazenagem, gestão de pátios e PDI e iv) do ajuste anual de tarifa por quilômetro rodado que reflete a inflação do setor. A receita da divisão de logística integrada foi de R\$ 191 milhões, 5,1% inferior a 2017 em razão principalmente da não consolidação da operação de armazenagem alfandegada do Espírito Santo, que se tornou equivalência patrimonial. Desconsiderando essa operação de 2017, a receita da divisão teria crescido 9% em razão principalmente do bom desempenho da armazenagem que conquistou novos clientes e aumentou volume nos clientes atuais.

No **exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018** não tivemos impactos diretos da taxa de câmbio em nossas receitas, bem como não houve a introdução de novos produtos e serviços.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Em decorrência das debêntures, das notas de crédito de exportação e das operações de empréstimos modalidade 4.131 em USD, mas que foram totalmente objeto de operações de swap para R\$, o principal

indexador da dívida da Companhia é o CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Dessa maneira, oscilações deste indicador podem impactar o montante dos juros a serem pagos e recebidos pela Companhia.

As despesas de juros, líquidas de receitas de aplicações financeiras de 2020 foram de R\$ 3,5 milhões, estável em comparação ao patamar de 2019 em razão da queda da taxa básica de juros e da queda do saldo médio da dívida líquida, compensado pelo aumento do saldo médio do spread das dívidas.

As despesas de juros, líquidas de receitas de aplicações financeiras de 2019 foram R\$ 3,4 milhões, 33% inferior a 2018 em razão da redução da taxa SELIC, da dívida bruta nominal da empresa.

As despesas de juros, líquidas de receitas de aplicações financeiras de 2018 foram R\$ 5,2 milhões, 53% inferior a 2017 em razão da redução da taxa SELIC, da dívida bruta nominal e do seu spread, e do caixa médio da empresa.

Nossos principais contratos são reajustados anualmente com base em planilha de custos que inclui a variação do preço dos principais insumos da Companhia. Por esse motivo, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve impactos relevantes nos resultados operacional e financeiro da Companhia referente aos preços dos principais insumos e produtos da Companhia.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 19 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com a BCDF e JR Participações S.A. (“Holding Silotec”) e a GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística S.A. (“GDL”) um Acordo de Associação para a criação de uma joint venture que tinha como objetivo congrega as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias em geral desenvolvidas em Cariacica-ES pela Tegma Logística Integrada (“TLP”), subsidiária integral da Tegma, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais (“Silotec”), subsidiária integral da Holding Silotec.

Em 8 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou os documentos definitivos (inclusive acordo de acionistas) referentes à criação da joint venture.

c. eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais que geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, que não tenham sido citadas nos itens anteriores.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Em 2019 tivemos a implementação do CPC 06 Arrendamento mercantil, segue texto divulgado na DFs de 2018:

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 16/CPC 6 (R2) – Arrendamento Mercantil

A nova regra requer uma nova avaliação dos arrendamentos substituindo o IAS 17.

Um arrendamento é identificado caso exista a transmissão do direito de controlar o uso de determinado ativo por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A partir dessa constatação os arrendatários devem mensurar e registrar o contrato de arrendamento em seu balanço patrimonial, sendo o passivo de arrendamento reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

Desse modo, o ativo de direito de uso passa a ser amortizado linearmente seguindo as diretrizes do CPC 27 – Ativo imobilizado e o passivo de arrendamento acrescido pela despesa de juros e diminuído pelo pagamento das contraprestações.

A norma prevê isenções na aplicabilidade para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor envolvidos na operação.

Os principais arrendamentos relacionados a nova regra identificados pela Administração, tratam-se de imóveis de terceiros e equipamentos ligados à operação. O impacto estimado em 1º de janeiro de 2019 é de R\$ 49.646 na Controladora e R\$ 75.027 no Consolidado sem efeitos fiscais, o método adotado será o retrospectivo modificado, assim as demonstrações financeiras de 2018 não serão atualizadas. Os valores mencionados correspondem ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento que serão registrados na Controladora e no Consolidado.

Outras normas

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Os diretores afirmam que a Companhia divulga suas principais políticas e estimativas contábeis na nota explicativa número 2 e 3 de suas demonstrações contábeis.

O uso de julgamentos e estimativas é baseado em informações disponíveis quando da preparação das demonstrações contábeis. Quando necessários os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, os diretores da Companhia entendem que deve ser considerado que há uma incerteza inerente à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros à medida que novas informações estejam disponíveis.

A seguir os diretores da Companhia elencam as principais políticas e estimativas contábeis consideradas críticas:

- ◆ Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

- ◆ **Teste de *impairment*:** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.
- ◆ **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
- ◆ **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

Não se aplica.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2020 o saldo destas provisões totaliza R\$ 15,1 milhões (R\$ 18,6 milhões em dezembro de 2019).

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segue abaixo descrição quantitativa dos investimentos previstos para o exercício de 2021:

Total investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Imobilizado e intangível	R\$ 33.700
Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado	R\$ 13.900
Aquisição de equipamentos logísticos	R\$ 7.600
TI	R\$ 12.200

Descrição dos investimentos em imobilizado e intangível de 2021:

Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado: Melhorias em sites e revitalização de equipamentos de transportes de ambas divisões. Benfeitoria em pátio alugado que será um novo pátio de armazenamento e serviços de veículos (investimento será descontado do aluguel em três anos).

TI: investimentos que foram cancelados em 2020 em troca de equipamentos (notebooks) e outros, implementação de RFID na operação de eletrodomésticos e ampliação do sistema YMS (*Yard Management System*) em outros pátios da operação de logística automotiva.

Aquisição de equipamentos logísticos: Renovação de parte da frota própria de equipamentos de transporte da operação de transporte de veículos que não foi realizada em 2020 e compra de embalagens para operação logística integrada para o setor de eletrodomésticos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Além do caixa gerado pelas operações, utilizamos e/ou podemos utilizar como fontes de financiamento recursos provenientes de emissão de debêntures, Notas de crédito de exportação e linhas de empréstimos bancários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não reconhece desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos itens relevantes foram identificados nesta seção.

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
 Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
 NIRE 35.300.340.931

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (ICVM 481), conforme alterada, apresentamos abaixo o ANEXO 9-1-II da ICVM 481

Destinação do lucro líquido

Informações em milhares de reais, exceto os valores por ação:

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 73.509 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

PROVENTOS 2020	R\$ (mil)	R\$/ação¹	R\$/ação¹ líquido de IR
Dividendos antecipados	R\$ 16.823	R\$ 0,2551403880	R\$ 0,2551403880
Juros sobre capital próprio antecipados	R\$ 5.608	R\$ 0,0850467960	R\$ 0,0722897766
Dividendos propostos	R\$ 9.406	R\$ 0,1426470132	R\$ 0,1426470132
Juros sobre capital próprio propostos	R\$ 3.135	R\$ 0,0475490044	R\$ 0,0404166537
Total	R\$ 34.972	R\$ 0,5303832017	R\$ 0,5104938316

Total Ações (em mil)	66.002,915
Tesouraria (em mil)	65,143
Total Ações ex tesouraria (em mil)	65.937,772

¹ Exclui ações em tesouraria

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

Dividendos antecipados	R\$ 16.823
JCP antecipados	R\$ 5.608
Dividendos propostos	R\$ 9.406
JSCP propostos	R\$ 3.135
Total Distribuído	R\$ 34.972
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	-R\$ 14.533
(-) Reserva legal	-R\$ 3.681
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores ajustado	R\$ 55.412
Percentual do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores ajustado distribuído	63,1%

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores do exercício ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já

declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A administração proporá à Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12.541 mil [R\$ 9.406 mil em dividendos e R\$ 3.135 mil em Juros sobre capital próprio], correspondente a R\$ 0,1901960176 por ação ordinária [R\$ R\$ 0,1426470132 em dividendos e R\$ 0,0475490044 em juros sobre capital próprio / R\$ 0,0404166537 em juros sobre capital próprio líquido de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes], considerando a quantidade de ações em tesouraria existente em 31.12.2020, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Propor-se-á à Assembleia Geral Ordinária, caso seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, que o pagamento seja efetuado em 27.04.2021.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Propor-se-á à Assembleia Geral Ordinária, caso seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos, que seja considerada a posição acionária de 13.04.2021 (“**Data de Corte**”), sendo as ações negociadas “ex” a partir de 14.04.2021.

Ressalta-se que a Data de Corte, ou seja, a data que identificará os titulares dos valores mobiliários que farão jus ao recebimento ou ao exercício do provento aprovado coincidirá com a data da deliberação, a saber 13.04.2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide item b.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Proventos em Dinheiro	Com negócios até	Pagamento	Valor Ordinárias (R\$)	Montante (R\$ mil)
	2020		R\$ 0,3401871841	
Dividendo	11/11/20	24/11/20	R\$ 0,2551403880	R\$ 16.823
Juros	11/11/20	24/11/20	R\$ 0,0850467960	R\$ 5.608

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2019	2020
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	R\$ 108.248	R\$ 193.972	R\$ 73.509
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	R\$ 108.248	R\$ 193.972	R\$ 73.626

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2019	2020
Dividendos	R\$ 48.712	R\$ 56.448	R\$ 26.229
Juros sobre capital próprio	R\$ 16.237	R\$ 18.816	R\$ 8.743

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício de 2020 foi destinado à Reserva Legal R\$ 3.681.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, parcela equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve retenção de dividendo obrigatório pela Companhia.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável à Companhia.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável à Companhia.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável à Companhia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

O montante da retenção de lucros proposto para deliberação dos acionistas, referente ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 20.440 mil.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Orçamento de capital proposto pela administração

A Companhia entende necessária a criação de um orçamento de capital no valor de R\$ 20.440 mil que irá perdurar pelo exercício social de 2021 para suportar os investimentos em imobilizado e intangível descritos na tabela abaixo que somam R\$ 33.700 mil, (em R\$ mil).

Alterações no cenário macroeconômico, condições de mercado, fatores operacionais, novas oportunidade de negócios, entre outros, envolvem riscos e incertezas e podem alterar materialmente os valores previstos neste orçamento de capital.

Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 2020	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	R\$ 14.533
(-) Reserva legal	R\$ 3.681
(-) Total Distribuído (proventos)	R\$ 34.972
(=) Orçamento de capital 2021	R\$ 20.440
Total investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Imobilizado e intangível	R\$ 33.700
Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado	R\$ 13.900
Aquisição de equipamentos logísticos	R\$ 7.600
TI	R\$ 12.200
Origem dos recursos para investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Recursos Reservados p/ Orçamento de Capital 2021	R\$ 20.440
Recursos já existentes	R\$ 13.260

Descrição dos investimentos em imobilizado e intangível de 2021:

Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado: Melhorias em sites e revitalização de equipamentos de transportes de ambas divisões. Benfeitorias em pátio alugado que será um novo pátio de armazenamento e serviços de veículos.

TI: Implementação de RFID (*Radio-frequency identification*) na operação de eletrodomésticos e ampliação do sistema YMS (*Yard Management System*) em outros pátios da operação de logística automotiva, atualização de equipamentos e outros.

Aquisição de equipamentos logísticos: Renovação de parte da frota própria de equipamentos de transporte da operação de transporte de veículos e compra de embalagens para operação logística integrada para o setor de eletrodomésticos.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

	2018	2019	2020
Retenção à reserva de incentivos fiscais (R\$ mil)	R\$ 14.006	R\$ 17.739	R\$ 14.533

b. Explicar a natureza da destinação

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Esses montantes foram reconhecidos como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e §§ 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
NIRE 35.300.340.931

ANEXO III – MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em atendimento ao disposto no artigo 10, inciso I, da Instrução CVM nº 481/09, de 17 de dezembro de 2009 (ICVM 481), conforme alterada, apresentamos abaixo as informações relativas aos membros indicados pelas acionistas controladoras da Companhia à eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato.

Fixação de número de assentos do Conselho de Administração da Companhia

Respeitada a limitação do número de assentos do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 20, caput, do Estatuto Social da Companhia, a Proposta da Administração é de que a composição do Conselho de Administração da Companhia para o mandato com encerramento na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023 seja a seguinte: 06 (seis) membros efetivos e 06 (seis) membros suplentes, ressaltando-se que dos membros efetivos e suplentes, 2 (dois) serão conselheiros independentes.

Salvo se acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, requererem a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48h da assembleia (artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991), a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de votação majoritária, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

Caso, porém, o procedimento de voto múltiplo venha a ser regularmente requerido, será divulgado no âmbito da assembleia o número de votos necessários para garantir a eleição de, ao menos, um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas presentes na Assembleia. Será atribuída a cada ação tantos votos quantos forem os assentos no Conselho de Administração, podendo cada acionista alocar seus votos entre os candidatos, sendo eleitos os candidatos que terão ainda o direito de eleger em separado um membro do Conselho de Administração e seu suplente a maioria de acionistas titulares de, pelo menos, 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia (artigo 141, §4º da Lei das Sociedades por Ações e decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ/2005/5664).

Somente poderão exercer tal direito os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. As ações detidas pelos acionistas que optaram pela votação em separado serão excluídas do número de ações votantes para fins da eleição majoritária ou através do voto múltiplo.

Caso haja eleição em separado, propõe-se que o total de membros do Conselho de Administração seja mantido em 06 (seis), devendo o membro eleito em separado ocupar uma das vagas que seria destinada aos membros independentes constantes da Proposta da Administração.

O Conselho de Administração da Companhia, avaliou as indicações e confirmou que os conselheiros independentes ora indicados observam os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Informações dos itens 12.5 a 12.10 em relação aos indicados pelas acionistas controladoras

Diante disso, seguem relações dos candidatos aos cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, incluindo os membros independentes.

As informações incluídas nos itens 12.5 a 12.7 abaixo presumem a eleição dos referidos candidatos caso sejam eleitos na Assembleia, conforme as respectivas indicações. As informações incluídas nos itens 12.8 a 12.10 abaixo dizem respeito aos referidos candidatos cuja eleição será deliberada na Assembleia.

12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Evandro Luiz Coser	29/08/55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
416.958.287-04	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	13/04/2021	Sim	100,00%
Otacílio José Coser Filho	14/04/54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	4
252.142.507-97	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	13/04/2021	Sim	0,00%
Mário Sérgio Moreira Franco	03/11/59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
045.762.378-02	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2021	Sim	99,00%
Francisco Creso Junqueira Franco Junior	31/08/58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
469.000.477-34	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	13/04/2021	Sim	1,00%
Orlando Machado Júnior	04/05/57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
884.617.698-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2021	Sim	100,00%
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem	01/12/61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
673.646.167-72	Empresária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	13/04/2021	Sim	0,00%
Fernando Luiz Schettino Moreira	11/07/46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
501.618.308-20	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2021	Sim	100,00%
Membro do comitê de auditoria (não estatutário)		-			
Paulo Ernesto do Valle Baptista	03/04/48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
112.848.386-68	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	13/04/2021	Sim	0,00%
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	06/07/47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	8
269.050.007-87	Engenheiro Químico	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	13/04/2021	Sim	100,00%
Vanessa Claro Lopes	11/01/76	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021	0
162.406.218-03	Bacharel em ciências contábeis e análise de sistemas	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	13/04/2021	Sim	0,00%
Membro do comitê de auditoria (não estatutário)		-			
Décio Carbonari de Almeida	06/05/54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	3

878.449.238-49	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2021	Sim	100,00%
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança (não estatutário)		-			
Mário Bardella Júnior	13/07/47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	0
034.674.068-15	Administrador de empresas	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	13/04/2021	Sim	0,00%
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Governança (não estatutário)		-			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Evandro Luiz Coser - 416.958.287-04

Membro titular e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Tegma desde março de 2007. Além disso, Evandro Luiz Coser ocupou o cargo de Diretor Presidente da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (“Coimexpar”), holding do Grupo Coimex, de maio de 2004 a janeiro de 2011. Desde 08 de janeiro de 2020, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., considerada controladora direta do emissor. Além do cargo de Conselheiro Presidente da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., integrante do grupo de acionistas controladores do emissor; ocupa os cargos de Diretor da ITAGUAÇU COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.; Diretor e Conselheiro Presidente da COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.; Conselheiro Efetivo da COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.; Conselheiro Presidente da DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.; Conselheiro Efetivo da COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA; Conselheiro Vice Presidente da COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA; Conselheiro Presidente da COIMEX CAPITAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; Conselheiro Efetivo da CISA TRADING S.A.; Conselheiro Efetivo da CISA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.; Conselheiro Efetivo da CISAFAC CORRETAGEM DE SEGUROS E AGENCIAMENTO DE CARGAS S.A.; Diretor da PACTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Conselheiro Efetivo da CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.; e Conselheiro Vice Presidente da TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A. (emissor).

Eu, Evandro Luiz Coser, indicado para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Otacílio José Coser Filho - 252.142.507-97

Membro suplente do Conselho de Administração da Tegma desde 28 de abril de 2015, Otacílio José Coser Filho ocupa, desde 08 de janeiro de 2020, o cargo de membro Diretor Presidente da COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. (anteriormente Cia Importadora e Exportadora Coimex), sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 28.163.699/0001-20 e NIRE sob o nº. 32.201.918.290. A principal atividade da COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. é a importação e exportação de Commodities, e tem como acionista majoritária a ITAGUAÇU COMÉRCIO DE PARTICIPAÇÕES S/A (CNPJ nº 01.225.409/0001-79), controladora da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, figura como controladora direta do emissor. Além disso, ocupa dos cargos de Conselheiro da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Diretor da ITAGUAÇU COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.; Administrador da BELA MANHÃ SPE – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; Diretor Presidente e Conselheiro Suplente da COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA; Suplente do Conselheiro Presidente da COIMEX CAPITAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; Conselheiro Presidente da CISA TRADING S.A.; Conselheiro Suplente da CISA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.; Conselheiro Suplente da CISAFAC CORRETAGEM DE SEGUROS E AGENCIAMENTO DE CARGAS S.A.; Diretor Administrativo e Financeiro e Conselheiro Suplente da CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.; e Conselheiro Suplente da TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A. (emissor).

Eu, Otacílio José Coser Filho, indicado para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Mário Sérgio Moreira Franco - 045.762.378-02

Em janeiro de 1981 iniciou sua vida profissional trabalhando na Transportadora Sinimbu, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Em julho de 1984 fundou a Sinimplast, empresa que atua no ramo de embalagens plásticas com sede em Diadema, São Paulo. Em 1990 adquiriu a concessionária de veículos automotores da marca Fiat “Itavema”, dando início à sua atuação no ramo. Como presidente do Grupo Itavema, o Sr. Mario Sergio Moreira Franco foi nomeado concessionário de veículos automotores das marcas Ford, GM, Volkswagen, Peugeot, Renault, Nissan, Toyota,

Mercedes, Mitsubishi, Volvo, Land Rover, Chrysler, Jeep, Alfa Romeo, Yamaha, Suzuki, em que pese não atuar mais em todas, ultimamente. Em 2006 ele fundou a Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda., com objeto social de exploração de comercialização de veículos automotores de duas rodas. Diretor das seguintes empresas: Autobrasil Itavema Participações Societárias Ltda.; Autobrasil Itavema Seminovos Ltda.; Itavema Europa Veículos Ltda.; Itavema Motors Veículos Ltda.; Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.; Liberdade Participações Societárias Ltda.; 14 de Julho Participações Societárias Ltda.; 25 de Dezembro Sociedade de Participações Ltda.; Conpart Participações Societárias Ltda.; Intercar Vocal Motors Comércio de Veículos Ltda.; Itavema France Veículos Ltda.; Itavema Itália Veículos e Máquinas Ltda.; Itavema Japan Veículos Ltda.; Itavema Trucks Comércio de Veículos Ltda.; Itavox Veículos Ltda.; ITV SP Patrimonial Ltda.; ITVA Motors Comércio de Motocicletas Ltda.; MAC Participações Societárias S.A.; Novembro Empreendimentos e Participações Ltda.; Outono Participações Societárias Ltda.; Outubro Participações Societárias Ltda.; Setembro Participações Societárias Ltda.; Renove Propaganda e Marketing Ltda.; Sinimpart Participações Financeiras Ltda.; Super France Veículos Ltda.; Comércio e Representações de Automóveis Intercar Ltda.; Itália Motori Veículos Ltda.; Super Veículos Ltda.; Inter Japan Veículos Ltda.; Superfor Rio Veículos Ltda.; Intersan Motors Ltda.; Instituto André Franco Vive; Itapart Participações Societárias Ltda.; Iaciara Agropecuária Ltda.; Supatri Sociedade de Participações Ltda.; Inpatri Sociedade de Participações Ltda.; Inpatri Sociedade de Participações Ltda.; Rio Norte Motos Ltda.; ITVA Rio Motos Ltda.; Itavema Rio Veículos e Peças Ltda.; Pavão Veículos Ltda.; Sinimplast Indústria e Comércio Ltda.; Autman Locação de Veículos Ltda.; Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. Italia Motori Veículos Ltda ; Itva Comércio de Veículos Ltda ; Norden Motors Comércio de Veículos Ltda; MOPIA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A e Diretor Presidente da empresa Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. Eu Mário Sérgio Moreira Franco, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Francisco Creso Junqueira Franco Junior - 469.000.477-34

Atuou como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 2006 assumiu a administração da empresa Dafra da Amazônia. É formado em Física pela PUC-Rio, tendo obtido seu Ph. D. pela Universidade de Reading, Inglaterra. É sócio administrador das seguintes empresas: Autobrasil Itavema Participações Societárias Ltda.; Autobrasil Itavema Seminovos Ltda.; Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.; Liberdade Participações Societárias Ltda. Inter Kar Veículos Ltda; Itavema Europa Veículos Ltda; Itavema Motors Veículos Ltda ; ITVA Rio Motos Ltda; Superfor Rio Veículos Ltda ; Inter Japan Veículos Ltda ; Intercar Vocal Motors Comércio de Veículos Ltda ; Itva Comércio de Veículos Ltda ; Italia Motori Veículos Ltda; Itapart Participações Societárias Ltda; Outubro Participações Societárias Ltda; Setembro Participações Societárias Ltda ; 14 de Julho Participações Societárias Ltda; 25 de Dezembro Sociedade de Participações Ltda; MOPIA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A Eu Francisco Creso Junqueira Franco Junior, indicado para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Orlando Machado Júnior - 884.617.698-72

Membro titular do Conselho de Administração da Tegma desde março de 2007. Além disso, Orlando Machado Júnior ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. (“Coimexpar”), holding do Grupo Coimex, de maio de 2004 a janeiro de 2011. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Presidente da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., pessoa jurídica de constituída sob a forma de sociedade limitada que integra o grupo de acionistas do emissor, além dos cargos de Conselheiro da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Diretor da COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.; Presidente do Conselho de Administração da COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.; Conselheiro Efetivo da DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.; Administrador da BELA MANHÃ SPE – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; Conselheiro Suplente da COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA; Presidente do Conselho de Administração da COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA; Diretor e Conselheiro da COIMEX CAPITAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; Conselheiro Efetivo da CISA TRADING S.A.; Conselheiro Efetivo da CISA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.; Conselheiro Efetivo da CISAFAC CORRETAGEM DE SEGUROS E AGENCIAMENTO DE CARGAS S.A.; Diretor da ES-060 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Conselheiro da FUNDAÇÃO OTACÍLIO COSER; Diretor da PACTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Conselheiro Efetivo da CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.; e Conselheiro Efetivo da TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A. (emissor). Eu, Orlando Machado Junior, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade

profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem - 673.646.167-72

Membro suplente do Conselho de Administração da Tegma desde março de 2007, ocupa, desde 16 de abril de 1991, o cargo de Diretora da COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 28.163.699/0001-20. Por sua vez, a COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. tem como sócia majoritária a Itaguaçu Comércio De Participações S.A. (CNPJ nº 01.225.409/0001-79), a qual detém a maioria das quotas da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., integrante do grupo de acionistas controladores do emissor. Além disto, Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem ocupa os cargos de Conselheira Vice Presidente da COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; Diretora da ITAGUAÇU COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.; Conselheira Suplente da COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.; Conselheira Suplente da COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA; Conselheira Suplente da CISA TRADING S.A.; Conselheira Suplente da CISA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.; Conselheira Suplente da CISAFAC CORRETAGEM DE SEGUROS E AGENCIAMENTO DE CARGAS S.A.; Conselheira Presidente da FUNDAÇÃO OTACÍLIO COSER; Conselheira Suplente da CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.; e Conselheira Suplente da TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.(emissor).

Eu, Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem, indicada para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Fernando Luiz Schettino Moreira - 501.618.308-20

Atuou como Gerente Comercial e Operacional da Transportadora Sinimbu Ltda. ("Sinimbu") no período de junho/1971 a agosto/1991, tendo se tornado sócio da Sinimbu em 10/9/1991. Foi Diretor-Presidente da empresa Axis Sinimbu Logística Automotiva Ltda. ("Axis Sinimbu") no período de 05/02/1998 a 05/02/2001. Em 05/02/2001, foi nomeado Presidente do Conselho de Quotistas da Axis Sinimbu, cuja razão social foi alterada para Tegma Gestão Logística Ltda., em 12/04/2002, exercendo essa função até 26/03/2007. Sr. Fernando criou a empresa Cabana Participações e Empreendimentos Ltda. ("Cabana"), atuando como Sócio Administrador desde então. A empresa Cabana faz parte do bloco de controle da Companhia. O Sr. Fernando é membro efetivo do Conselho de Administração da Tegma desde 26/03/2007. É formado em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer.

Eu, Fernando Luiz Schettino Moreira, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Paulo Ernesto do Valle Baptista - 112.848.386-68

Atuou como Diretor Administrativo e Financeiro da Transportadora Sinimbu no período de 1973 a 1983; Sócio diretor da Minas Alimento em Belo Horizonte de 1983 a 2001 e atuou de Outubro de 2001 à Dezembro de 2013, no Grupo Itavema como Diretor Financeiro. Atualmente é sócio administrador da empresa "Seg Seguro Corretora" e atua como empresário nesse ramo. É formado em Administração de Empresas pela Fumec- Fundação Universitária Mineira de Educação e Cultura e Curso de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Eu Paulo Ernesto do Valle Baptista, indicado para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87 Atuou como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, exerceu os cargos de Superintendente (Madeira e Celulose), Gerente de Departamento de Estudos e Projetos, Gerente de Assessoria na empresa Companhia Vale do Rio Doce, no período de 1977 a 1989; nas empresas Celulose Nipo-Brasileira S/A – CENIBRA e Florestas Rio Doce S/A exerceu cumulativamente a função de Diretor Presidente de 1989 a 1990; como Diretor da área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia (Siderurgia e Alumínio) da Companhia Vale do Rio Doce de 1990 a 1993; como Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. de 1993 a 2001; como Diretor Superintendente da Suzano Papel e Celulose S.A de 2001 a junho/2006; e desde julho/2006 atua como Membro do Comitê de Gestão do Conselho da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. É formado em engenheiro químico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro efetivo do Conselho de Administração da São Martinho S.A.; Membro efetivo do Conselho de Administração da Odontoprev S.A.; Membro efetivo do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A.; Membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.; Membro do Conselho de Administração da CCR S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Vale S.A S.A.

Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, a Companhia analisou as situações previstas

no Regulamento do Novo Mercado da B3 em vigor até 02/01/2018, conforme orientação constante do Ofício 618/2017-DRE. Além disso, os critérios utilizados pela Companhia para determinar a independência também foram os seguintes aspectos relativos aos indicados a Conselheiro Independente (titular e suplente): (a) não ter qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; (vii) não receber outra remuneração da Tagma além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Eu Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, indicado para o cargo de membro independente e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Vanessa Claro Lopes - 162.406.218-03 Mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Análise de Sistemas pela FATEC/BS, com especialização em Gestão Empresarial pela EAESP FGV e Redes de Computadores pela Universidade São Judas. Com 25 anos de experiência profissional, atualmente é membro independente dos Conselhos de Administração da Afya Limited e das Lojas Americanas SA, coordenadora do Comitê de Auditoria da Tagma Logística SA e membro dos Comitês de Auditoria da Embraer SA, Afya Limited e Lojas Americanas SA, membro dos Conselhos Fiscais da Cosan SA, Comgás SA e Cosan Logística SA. Anteriormente foi Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo SA e membro dos Conselhos Fiscais da Gerdau SA, Terra Santa Agro SA, Renova Energia SA e Estácio Participações SA. Com relevante atuação em empresas de capital aberto, listadas no Brasil e nos EUA, foi Diretora Executiva da Auditoria Interna Corporativa do Grupo TAM SA e Diretora da Auditoria Interna da Globex Utilidades SA entre os anos de 2004 e 2014. Iniciou sua carreira em 1995 na PwC Brasil na área de Advisory Services, tendo sido responsável pela criação no Brasil do Grupo de especialistas em Revenue Assurance para atendimento das empresas de Telecomunicações. Atuou como responsável pelas equipes de Auditoria Interna do Grupo Telefônica SA entre os anos de 2000 e 2004, implementando em conjunto com a Telefonica da Espanha o Mapeamento de Riscos para todas as empresas do grupo no Brasil. Foi professora titular da cadeira de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação na Faculdade Objetivo entre os anos de 1997 e 1998.

Sim. Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, a Companhia analisou as situações previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3 em vigor até 02/01/2018, conforme orientação constante do Ofício 618/2017-DRE. Além disso, os critérios utilizados pela Companhia para determinar a independência também foram os seguintes aspectos relativos aos indicados a Conselheiro Independente (titular e suplente): (a) não ter qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; (vii) não receber outra remuneração da Tagma além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Eu Vanessa Claro Lopes, indicada para membro suplente independente do Conselho de Administração, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Décio Carbonari de Almeida - 878.449.238-49 O Sr. Décio foi presidente da Volkswagen Serviços Financeiros, companhia formada pelo Banco Volkswagen, Volkswagen Corretora de Seguros e Consórcio Nacional Volkswagen durante o período de 2003 até 2016, e atualmente é Presidente do Conselho Consultivo da COCAL Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda desde setembro/2016, atuou como Presidente do Conselho Consultivo da CAEDU Comércio Varejista de Artigos do Vestuário Ltda de setembro/2018 até fevereiro de 2021 e Presidente do Conselho Consultivo da GOOP Distribuidora Automotiva Ltda desde novembro/18. É formado em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde também cursou o Mestrado em Administração, além de ter feito especializações na J.L. KELLOGG School of Management at Northwestern University (USA), Fundação Dom Cabral (Brasil) e INSEAD Business School (França). Presidente do Conselho Consultivo da Cocal Energia Responsável desde setembro/2016; Membro Independente do Conselho de

Administração da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio SA desde Julho/19 . Sim.
 Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, a Companhia analisou as situações previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3 em vigor até 02/01/2018, conforme orientação constante do Ofício 618/2017-DRE. Além disso, os critérios utilizados pela Companhia para determinar a independência também foram os seguintes aspectos relativos aos indicados a Conselheiro Independente (titular e suplente): (a) não ter qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; (vii) não receber outra remuneração da Tegma além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).
 Eu Décio Carbonari de Almeida, indicado para o cargo de membro independente do Conselho de Administração e do comitê de Gente, Gestão e Governança da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Mário Bardella Júnior - 034.674.068-15 Atuou como principal executivo de Recursos Humanos por mais de 20 anos em empresas como Metrô de São Paulo, Panex, ocupando por 12 anos a posição de Vice-Presidente de RH para a América Latina na corporação Newell Rubbermaid quando se aposentou da vida corporativa em 2013. Desde então passou a atuar como Consultor em Gestão de Pessoas e atualmente atua como Advisor junto a Conselhos Consultivos e como Membro Independente de Comitês de Gente e de Governança Corporativa tanto em empresas listadas em Bolsa de Valores como empresas de capital fechado. É graduado em Administração, cursou extensão universitária na FEA-USP e participou de diversos programas de desenvolvimento de executivos em renomadas Universidades nos EUA. É membro do Comitê de Gente Gestão e Governança da Tegma desde 2017. Sim.
 Para os fins da verificação do enquadramento do conselheiro independente, a Companhia analisou as situações previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3 em vigor até 02/01/2018, conforme orientação constante do Ofício 618/2017-DRE. Além disso, os critérios utilizados pela Companhia para determinar a independência também foram os seguintes aspectos relativos aos indicados a Conselheiro Independente (titular e suplente): (a) não ter qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; (vii) não receber outra remuneração da Tegma além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).
 Eu Mário Bardella Júnior, membro suplente independente do Conselho de Administração, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Evandro Luiz Coser - 416.958.287-04 N/A	
Otacílio José Coser Filho - 252.142.507-97 N/A	
Mário Sérgio Moreira Franco - 045.762.378-02 N/A	
Francisco Creso Junqueira Franco Junior - 469.000.477-34 N/A	
Orlando Machado Júnior - 884.617.698-72 N/A	
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem - 673.646.167-72 N/A	

Fernando Luiz Schettino Moreira - 501.618.308-20

N/A

Paulo Ernesto do Valle Baptista - 112.848.386-68

N/A

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

N/A

Vanessa Claro Lopes - 162.406.218-03

N/A

Décio Carbonari de Almeida - 878.449.238-49

N/A

Mário Bardella Júnior - 034.674.068-15

N/A

12.9 Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau entre: (i) administradores do emissor; (ii) (a) administradores do emissor e (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (iii) (a) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (b) controladores diretos ou indiretos do emissor; (iv) (a) administradores do emissor e (b) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Evandro Luiz Coser Vice-Presidente do Conselho de Administração	416.958.287-04	Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	03.927.697/0001-39	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem Conselheiro Suplente	673.646.167-72	Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	03.927.697/0001-39	
<u>Administrador do Emissor</u>				
Evandro Luiz Coser Vice-Presidente do Conselho de Administração	416.958.287-04	Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	03.927.697/0001-39	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Otacílio José Coser Filho Conselheiro Suplente	252.142.507-97	Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	03.927.697/0001-39	
<u>Administrador do Emissor</u>				
Mário Sérgio Moreira Franco Membro Efetivo do Conselho de Administração	045.762.378-02	Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	11.438.271/0001-40	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Francisco Creso Junqueira Franco Junior Conselheiro Suplente	469.000.477-34	Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	11.438.271/0001-40	
<u>Administrador do Emissor</u>				
Fernando Luiz Schettino Moreira Membro Efetivo do Conselho de Administração	501.618.308-20	Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	18.765.733/0001-82	Tio e Sobrinho (2º grau de afinidade)
<u>Pessoa Relacionada</u>				

Francisco Creso Junqueira Franco Junior Conselheiro Suplente Observação Relação de Tio e Sobrinho Administrador do Emissor	469.000.477-34	Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	11.438.271/0001-40	
Fernando Luiz Schettino Moreira Membro Efetivo do Conselho de Administração Pessoa Relacionada	501.618.308-20	Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	18.765.733/0001-82	Tio e Sobrinho (2º grau de afinidade)
Mário Sérgio Moreira Franco Membro Efetivo do Conselho de Administração Observação Relação de Tio e Sobrinho	045.762.378-02	Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	11.438.271/0001-40	

12.10 Relação de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) fornecedor, cliente devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Evandro Luiz Coser Vice-Presidente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Itaguaçu Comércio e Participações S.A. Sócio majoritário Observação Evandro Luiz Coser é sócio majoritário da Muflon Participações Ltda., que por sua vez, é acionista da Itaguaçu Comércio de Participações S/A (CNPJ/MF nº 01.225.409/0001-79) a qual detém a maioria das quotas da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., integrante do grupo de acionistas controladores do emissor.	416.958.287-04	Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Otacílio José Coser Filho Conselheiro Suplente Pessoa Relacionada Itaguaçu Comércio e Participações S.A. Observação Otacílio José Coser Filho é sócio majoritário da Ilha das Andorinhas Participações Ltda., que, por sua vez, é acionista da Itaguaçu Comércio de Participações S/A (CNPJ/MF nº 01.225.409/0001-79) a qual detém a maioria das quotas da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., integrante do grupo de acionistas controladores do emissor.	252.142.507-97	Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem Conselheiro Suplente Pessoa Relacionada Itaguaçu Comércio e Participações S.A. Observação Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem é sócia majoritária da Vitória Holding Ltda., que por sua vez é acionista da Itaguaçu Comércio de Participações S/A (CNPJ/MF nº 01.225.409/0001-79), a qual detém a maioria das quotas da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., integrante do grupo de acionistas controladores do emissor.	673.646.167-72	Controle	Controlador Indireto

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
NIRE 35.300.340.931

ANEXO IV – MEMBROS DO CONSELHO FISCAL – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em atendimento ao disposto no artigo 10, inciso I, da Instrução CVM nº 481/09, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), conforme alterada, apresentamos abaixo as informações relativas aos membros indicados pelas Acionistas Controladoras da Companhia à eleição dos membros do Conselho Fiscal, a ser instalado.

12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Mauro Stacchini Jr.	20/02/58	Conselho Fiscal	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	11
034.993.118-60	Perito-Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	100,00%
Luiz Alexandre Tumolo	04/02/68	Conselho Fiscal	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	11
091.234.368-08	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	0,00%
Rubens Barletta	10/08/46	Conselho Fiscal	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	11
397.909.328-04	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	100,00%
José Nicolau Luiz	05/07/73	Conselho Fiscal	13/04/2021	até a Assembleia Geral Ordinária de 2022	11
135.400.648-85	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2021	Sim	0,00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Mauro Stacchini Jr. - 034.993.118-60

Atua como Perito Contador Judicial da 1ª, 12ª, 13ª, 14ª, 21ª, 25ª e 39ª Varas Cíveis do Fórum Central da Capital, da 8ª e 10ª Varas da Família do Fórum Central e em diversas varas cíveis da Justiça Federal em São Paulo e de foros regionais da Capital e de São Bernardo do Campo, no período de março de 1987 até a presente data. É sócio-diretor da Actual Consultoria Ltda. e da Actual Perícias Ltda., desde março de 1987 até a presente data, tendo a seu cargo a área técnica, desenvolvendo trabalhos na área pericial contábil junto a escritórios de advocacia. Atuou como Diretor financeiro da Datalógica Comércio e Softwares Ltda. no período de setembro de 1986 a março de 1987. Atuação como presidente do conselho fiscal da Melpaper S.A. no período de 2006 a 2010; atuação como conselheiro fiscal da Rohr S.A. Estruturas Tubulares desde 2009; atuação como conselheiro fiscal da Associação Antroposófica de São Paulo no período de 2004 a 2007, atua como conselheiro fiscal da Hypera Pharma S/A desde 2016 e como conselheiro fiscal da CFL Participações S/A desde 2019.

Eu Mauro Stacchini Junior, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Rubens Barletta - 397.909.328-04

Atuou na qualidade de sócio da sociedade de advogados Augusto Lima S/C no período de 17/02/1989 até 31/12/2008. A partir de 05/01/2009 atuou como advogado autônomo até 17/06/2009 na sociedade de advogados Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados e desde 18/06/2009 atua como sócio na sociedade de advogados Barletta e Schubert Sociedade de Advogados, com área de abrangência no Direito Civil, Empresarial, Societário, Consumidor, Bancário e Processual Civil. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal, eleito, sucessivamente, nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas a partir de abril de 1999, das seguintes empresas: Suzano Papel e Celulose S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Hodings S.A. Eu Rubens Barletta, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Luiz Alexandre Tumolo - 091.234.368-08

Atua como Perito Contador Judicial em Varas Cíveis e da Família e Sucessões em diversos Foros da Capital de São Paulo e Grande São Paulo desde maio de 1994 até a presente data. É sócio da ACTUAL PERÍCIAS LTDA., ACTUAL CONTABILIDADE LTDA. EPP e da ACTUAL ASSESSORIA CONTÁBIL S/S, tendo a seu cargo a área técnica, desenvolvendo trabalhos na área pericial contábil junto a escritórios de advocacia como assistente técnico em perícias judiciais, extra judiciais e arbitragens desde maio de 1994 até a presente data. Atuou como Supervisor sênior do depto. de auditoria da KPMG Peat Marwick no período de agosto de 1987 a abril de 1994. Membro da ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e Membro do CBar – Comitê Brasileiro de Arbitragem. Eu Luiz Alexandre Tumolo, indicado para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

José Nicolau Luiz - 135.400.648-85

Atua desde junho 2009 na qualidade de sócio da sociedade de advogados Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados com área de abrangência no Direito Civil, Empresarial, Societário, Consumidor, Bancário e Processual Civil. Atuou como advogado autônomo de março/2001 até maio/2009 desenvolvendo diversas atividades na área de Direito Constitucional, Civil, Família, Empresarial, Societário, Bancário, Consumidor e Processual Civil. Atuou como professor de graduação (área de abrangência Direito Processual) e membro de Comissão Organizadora de Evento Científico-Jurídico do Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP/ULBRA no período de 2003 a fevereiro de 2005. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal das empresas Polipropileneo S.A. (de abril/1997 até abril/1998) e Polipropileno Participações S.A. (de abril/1997 até abril/1998). Eu José Nicolau Luiz, indicado para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que: (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Mauro Stacchini Jr. - 034.993.118-60 N/A	
Rubens Barletta - 397.909.328-04 N/A	
Luiz Alexandre Tumolo - 091.234.368-08 N/A	
José Nicolau Luiz - 135.400.648-85 N/A	

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
 Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18
 NIRE 35.300.340.931

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em atendimento ao disposto no artigo 12, da Instrução CVM nº 481/09, de 17 de dezembro de 2009 (Instrução CVM 481/09), conforme alterada, apresentamos abaixo as informações relativas à fixação da remuneração global dos Administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo da política de remuneração aplicada aos diretores estatutários e não estatutários é reconhecer e recompensar o atingimento e a superação das metas organizacionais, valorizar ações e atitudes que garantam o crescimento e a geração de valor para os acionistas, além de contribuir para o engajamento dos profissionais.

A política de remuneração aplicada ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal visa reconhecer as competências e contribuições dos seus membros para atingir os objetivos da Companhia.

Em 2017 foi implementado o Comitê de Gente, Gestão e Governança, que passou dentre outras questões, a propor recomendações ao conselho de administração a respeito das melhores práticas de remuneração do mercado.

A política de remuneração é aprovada em Reunião de Conselho de Administração. A companhia não divulga a sua política de remuneração em locais na rede mundial de computadores.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A política de remuneração da Companhia é composta por elementos fixos e variáveis. O objetivo da remuneração fixa é oferecer remuneração dentro das práticas de mercado, garantindo adequados níveis de atratividade e retenção de talentos.

A remuneração variável busca recompensar a performance dos profissionais de acordo com o atingimento de metas pré-estabelecidas anualmente.

Os benefícios diretos a assistência médica, odontológica, seguro de vida, vale alimentação/refeição, combustível e telefonia.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Composição da remuneração % (2020)	Diretoria estatutária	Conselho de administração	Conselho fiscal
Remuneração fixa	52%	100%	100%
Remuneração variável	18%	-	-
Cessação do exercício do cargo	30%	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-

Composição da remuneração % (2019)	Diretoria estatutária	Conselho de administração	Conselho fiscal
---	------------------------------	----------------------------------	------------------------

Remuneração fixa	48%	100%	100%
Remuneração variável	52%	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-

Composição da remuneração % (2018)	Diretoria estatutária	Conselho de administração	Conselho fiscal
Remuneração fixa	54%	100%	100%
Remuneração variável	46%	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa contempla salários e benefícios, e tem por objetivo manter a competitividade externa e o equilíbrio interno, respaldada nas melhores práticas de mercado. Os salários são reajustados anualmente na data-base da categoria, de acordo com as negociações sindicais e, adicionalmente, quando estudos técnicos indicam necessidade de alinhamento ao mercado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores são comparados periodicamente com o mercado por meio de pesquisas salariais, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração, além de basear-se no desempenho desses executivos em suas respectivas áreas de responsabilidade.

A remuneração variável recompensa o atingimento de metas globais, divisionais e individuais, cujas naturezas são: EBIT, retorno sobre capital investido (ROIC), produtividade e qualidade, desempenho comercial e plano de desenvolvimento individual.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos nossa performance e o desempenho dos nossos administradores para manter uma remuneração de acordo com as práticas do mercado, adequadas a qualidades dos nossos executivos e que visam engajar profissionais qualificados e alinhados aos objetivos estratégicos da companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenhos estão descritos no item 13.1.b.iii.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa corresponde em média a 51% da remuneração total e a variável representa em média 49%.

As metas financeiras têm um peso que variam entre 60 e 70% da remuneração variável potencial e as qualitativas variam entre 30 a 40%, dependendo da função.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estrutura, metodologia e premissas do programa de remuneração partem do planejamento orçamentário da Companhia, e desdobram-se em metas globais, divisionais e individuais estabelecidas para o curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, por meio da remuneração baseada em objetivos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, membros do conselho de administração e da diretoria, e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais,

tal política de remuneração visa possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível.

A remuneração variável recompensa o atingimento de metas globais, divisionais e individuais, cujas naturezas são: EBIT, retorno sobre capital investido (ROIC), custos fixos, produtividade e qualidade, desempenho comercial e plano de desenvolvimento individual.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nossos diretores estatutários Srs. Marcos Medeiros e Ramón Pérez Arias Filho atuam também como administradores da Catlog Logística de Transporte S/A, função para a qual recebem remuneração mensal fixa correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados à ocorrência de eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não há órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração de todos os membros do Conselho de Administração é mensal, 100% fixa, e visa recompensar os administradores de acordo com as práticas de mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração é avaliada anualmente e leva em conta as práticas de mercado. O reajuste da remuneração da diretoria normalmente se dá pelo índice do INPC ou o que estabelece a convenção coletiva de trabalho.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

As tabelas abaixo apresentam a remuneração da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal nos três últimos exercícios sociais, bem como as projeções da Companhia para o exercício de 2021. Os valores são apresentados em R\$ mil, exceto o número de membros. Somente a diretoria estatutária recebe remuneração variável.

Cumpramos ressaltar que há uma diferença metodológica entre os valores da proposta atual (2021) e da proposta anterior (2020) decorrente de ajuste em razão do entendimento exarado pelo Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, conforme previsto no Ofício Circular CVM/SEP/nº 1/2021, de que os encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores e de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das S.A., não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. Para reconciliação com os anos anteriores, consultar o item 13.16.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
2021*	2.598.365,57	5.480.000,00	391.427,47	8.469.793,04
2020	2.656.654,56	7.382.693,70	457.512,62	10.496.860,88
2020**	2.720.000,00	7.286.000,00	468.000,00	10.474.000,00
2019	2.603.000,00	8.032.000,00	457.000,00	11.092.000,00
2018	2.572.000,00	6.782.000,00	454.000,00	9.808.000,00

* Aprovado em AGO de 2020

** A ser deliberado em AGO de 2021

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.345.805,57	2.922.755,13	391.427,47	5.659.988,17
Benefícios direto e indireto	-	212.071,66	-	212.071,66
Participações em comitês	252.560,00	-	-	252.560,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	2.345.173,21	-	2.345.173,21
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração	2.598.365,57	5.480.000,00	391.427,47	8.469.793,04

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.967.878,80	2.800.098,06	381.260,52	5.149.237,38
Benefícios direto e indireto	-	187.633,94	-	187.633,94
Participações em comitês	246.000,00	-	-	246.000,00
Outros	442.775,76	835.358,98	76.252,10	1.354.386,84
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.338.016,24	-	1.338.016,24
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	2.221.586,48	-	2.221.586,48
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração	2.656.654,56	7.382.693,70	457.512,62	10.496.860,88

Remuneração total prevista para o Exercício Social findo em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.014.000,00	2.915.000,00	390.000,00	5.319.000,00
Benefícios direto e indireto	-	222.000,00	-	222.000,00
Participações em comitês	252.000,00	-	-	252.000,00
Outros	454.000,00	856.000,00	78.000,00	1.388.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: INSS	Outros: INSS	Outros: INSS	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	3.293.000,00	-	3.293.000,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação				
Total da remuneração	2.720.000,00	7.286.000,00	468.000,00	10.474.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.968.000,00	2.826.000,00	381.000,00	5.175.000,00
Benefícios direto e indireto	-	197.000,00	-	197.000,00
Participações em comitês	201.000,00	-	-	201.000,00
Outros	434.000,00	829.000,00	76.000,00	1.339.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros corresponde a INSS	Outros corresponde a INSS	Outros corresponde a	

			INSS	
Remuneração variável				
Bônus	-	2.116.000,00	-	2.116.000,00
Participação de resultados	-	2.064.000,00	-	2.064.000,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�es (incluindo op�es)	-	-	-	-
Observa�o				
Total da remunera�o	2.603.000,00	8.032.000,00	457.000,00	11.092.000,00

Remunera�o total do Exerc�cio Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
N� de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Remunera�o fixa anual				
Sal�rio ou pr�-labore	1.948.000,00	2.708.000,00	378.000,00	5.034.000,00
Benef�cios direto e indireto	-	191.000,00	-	191.000,00
Participa�es em comit�s	195.000,00	-	-	195.000,00
Outros	429.000,00	772.000,00	76.000,00	1.277.000,00
Descri�o de outras remunera�es fixas	Outros: INSS	Outros: INSS e outros encargos	Outros: INSS	
Remunera�o vari�vel				
B�nus	-	1.093.000,00	-	1.093.000,00
Participa�o de resultados	-	2.018.000,00	-	2.018.000,00
Participa�o em reuni�es	-	-	-	-
Comiss�es	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descri�o de outras remunera�es vari�veis				
P�s-emprego	-	-	-	-
Cessa�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�es (incluindo op�es)	-	-	-	-
Observa�o				
Total da remunera�o	2.572.000,00	6.782.000,00	454.000,00	9.808.000,00

Motivo do estouro de 2020 vs montante aprovado em AGO de 2020: Apesar da redu o do PLR em 2020 como uma das medidas tomadas frente   pandemia, tivemos custos extras relativos a mudan as na alta administra o que impactaram a remunera o global.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os valores abaixo estão em R\$ mil e referem-se à remuneração variável da diretoria estatutária. O Conselho de Administração nem o Conselho Fiscal recebem remuneração variável.

Diretoria Estatutária	2018	2019	2020	2021
Número de membros	3,0	3,0	3,0	3,0
Número de membros remunerados	3,0	3,0	3,0	3,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.093	1.131	-	-
Valor previsto caso as metas sejam atendidas	1.093	1.131	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.093	2.116	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.995	1.131	3.293	2.345
Valor previsto caso as metas sejam atendidas	1.995	1.131	3.293	2.345
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.018	2.064	1.338	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Em 15 de dezembro de 2011, os nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a criação do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia (“Plano”).

No âmbito do Plano, em 22 de dezembro de 2011, os nossos membros do conselho administração reunidos em Reunião do Conselho de Administração aprovaram o regulamento do “*Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia*”, no qual foram descritas suas diretrizes gerais, conforme descritas abaixo e ao longo deste item 13.4 (“Primeiro Programa de Opção”). Esse programa expirou e não tem nenhuma opção em aberto.

Também no âmbito do Plano, em 21 de novembro de 2012, os nossos membros do conselho administração reunidos em Reunião do Conselho de Administração aprovaram o regulamento do “*Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia*”, no qual foram descritas suas diretrizes gerais, conforme descritas abaixo e ao longo deste item 13.4 (“Segundo Programa de Opção” e, em conjunto com o Primeiro Programa de Opção, “Programas”). Esse programa expirou e não tem nenhuma opção em aberto.

No caso de exercício da opção de compra de nossas ações, nosso Conselho de Administração deverá aprovar a emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado ou, desde que previamente autorizado pela CVM, autorizar a alienação de ações mantidas em tesouraria. Caso o exercício da opção de compra de ações ocorra por meio da emissão de novas ações, haverá aumento do nosso capital social e os nossos acionistas não terão direito de preferência para a subscrição de tais ações, conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e em nosso estatuto social, tendo, portanto, suas respectivas participações diluídas em nosso capital social.

Os nossos Acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com os Programas de Opção, conforme previsto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos dos Programas de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado eventual disposição em contrário estabelecida pelo nosso Conselho de Administração. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nossos acionistas até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos dos

Programas de Opção e do respectivo “*Contrato de Adesão ao Regulamento ao Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Tegma Gestão Logística S.A.*” (“Contrato de Opção do Primeiro Programa”) ou “*Contrato de Adesão ao Regulamento ao Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Tegma Gestão Logística S.A.*” (“Contrato de Opção do Segundo Programa”), conforme aplicável.

Os Programas de Opções determinam que as opções para aquisição de nossas ações poderão ser extintas ou terem seus prazos e condições de exercício modificados nas hipóteses de desligamento, por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez ou falecimento, do seu respectivo titular.

b. principais objetivos do plano

Os objetivos dos Programas de Opção são de: **(a)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; **(b)** alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de seus executivos, membros do conselho de administração e da diretoria, e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente; e **(c)** atrair e reter executivos, membros do conselho de administração e da diretoria, e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, concedendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes executivos, membros do conselho de administração e da diretoria, e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, com os interesses dos acionistas e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio dos Programas de Opção, a Companhia visa alcançar o desenvolvimento de seus objetivos sociais e o atendimento dos interesses de seus acionistas.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Programas de Opção constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Programas de Opção alinham os interesses de administradores, Companhia e acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações da Companhia. Por meio dos Programas de Opção, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, membros do conselho de administração e da diretoria, e empregados de alto nível da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Programas de Opção visam possibilitar a Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Programas de Opção.

f. número máximo de ações abrangidas

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

h. condições de aquisição de ações

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

k. forma de liquidação

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

l. restrições à transferência das ações

Atualmente não existem Programas de remuneração com Opções vigentes.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser alterado ou extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de acionistas da Companhia. Os Programas poderão ser alterados ou extintos, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia sendo certo que o término da vigência dos Programa não afetará a eficácia das opções ainda em vigor com base nele outorgadas, observado o disposto em cada Programa.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Tanto para o Primeiro Programa quanto para o Segundo Programa, devem ser observadas as respectivas hipóteses, conforme abaixo descritas.

Renúncia ou Pedido de Demissão

Na hipótese do Beneficiário de cada Programa retirar-se da Companhia, por sua única e exclusiva vontade (renúncia ou pedido de demissão): **(i)** caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, durante o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do desligamento, exercer as Opções que já possam ser exercidas no momento do desligamento (“Opções Exercíveis”); e **(ii)** restarão automaticamente extintas, de pleno de direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções não exercíveis na data do desligamento (“Opções Ainda Não Exercíveis”).

Desligamento sem Justa Causa

Caso o Beneficiário de cada Programa se desligue da Companhia por iniciativa desta, sem o cometimento de falta grave pelo Beneficiário, extingue-se o Período de Carência, de modo que a partir da data do desligamento do Beneficiário quaisquer Opções outorgadas ao Beneficiário (Opções Exercíveis e/ou Opções Ainda Não Exercíveis) poderão ser integralmente exercidas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data do desligamento.

Desligamento por Falta Grave

Caso o Beneficiário de cada Programa se desligue da Companhia por iniciativa desta, em razão de falta grave cometida pelo Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, exercíveis ou não exercíveis no momento do desligamento.

Antecipação de Prazo de Exercício

Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário de cada Programa, enquanto mantiver vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia, o Período de Carência das Opções de cada Programa não exercíveis será extinto, de modo que, a partir da data do falecimento do Beneficiário, ou do evento que gerar a invalidez, quaisquer Opções outorgadas ao Beneficiário, exercíveis ou não, poderão ser integralmente exercidas por este ou por seus sucessores (aos quais se transmitirem os direitos e obrigações decorrentes da Opção), conforme o caso, na forma nos Programas e nos respectivos contratos de adesão de cada Programa.

Aposentadoria do Beneficiário

Na hipótese de aposentadoria do Beneficiário de cada Programa, por idade ou tempo de serviço, e caso em razão desta ocorra o desligamento do Beneficiário da Companhia, o Período de Carência das Opções não exercíveis manterá o cronograma ali previsto sendo que, os direitos e obrigações decorrentes da Opção serão mantidos na forma prevista nos Programas e nos respectivos contratos de adesão de cada Programa, respeitando as regras para o exercício e para a alienação, observando-se os prazos e limites previstos nos Programas.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Atualmente não existem programas de opção vigentes e os últimos programas não afetou os resultados dos últimos três exercícios.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não havia opções em aberto do Conselho de Administração e da diretoria estatutária no final do último exercício social.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não houve exercício de opções na Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) Modelo de precificação

Foi utilizado o modelo Black'n Scholes.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

Preço de fechamento da ação na data da outorga.

Preço de exercício

Preço médio de fechamento ponderado pelo volume negociado da ação nos últimos 21 dias úteis contados da data da outorga.

Volatilidade esperada e forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade prevista é calculada com base na utilização do desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações mensais dos últimos doze meses do preço das ações da Companhia.

Prazo de vida da opção

É estimado que as opções são exercidas nas datas de cada encerramento de período de carência (*vesting*), sobretudo dada a obrigatoriedade de destinação de bônus dos executivos em compra de ações de emissão da Companhia.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

Indiferença quanto a distribuição de dividendos dado que o preço de exercício é ajustado por eventuais distribuições e o histórico recente de não pagamento de dividendos da Companhia.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Na simulação utilizada se considera que todos os exercícios ocorrerão nas datas de *vesting* (fim da carência) dos respectivos lotes.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade prevista é calculada com base na utilização do desvio padrão anualizado dos logaritmos naturais das variações mensais dos últimos doze meses do preço das ações da Companhia.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que não houve novas outorgas no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Valores mobiliários detidos emitidos pela Tegma Gestão Logística SA

Conselho de Administração

2018: 509.473 ações

2019: 244 ações

2020: 365 ações

Diretoria Estatutária:

2018: -

2019: -

2020: -

Conselho Fiscal:

2018: 300 ações

2019: 200 ações

2020: 1 ação

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

No momento, não existem planos de previdência em vigor.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores em R\$ mil, exceto número de membros de cada órgão.

01/01/2020 até 31/12/2020		Diretoria Estatutária	
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	2.450.949
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	1.049.496	Valor médio da remuneração	1.720.369
Observação	Para o valor da maior remuneração, foi desconsiderado o membro que não pertence mais ao quadro e que não completou 12 meses e foi considerado o membro que não completou 12 meses mas que finalizou o exercício. Para o valor da menor remuneração, não foi realizada nenhuma exclusão. Para o valor médio da remuneração foi considerado a remuneração total (excluindo valores da cessação de cargo) dividido pela quantidade de membros no período.		

01/01/2019 até 31/12/2019		Diretoria Estatutária	
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	4.258.000
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	1.036.000	Valor médio da remuneração	2.677.333
Observação			

01/01/2018 até 31/12/2018		Diretoria Estatutária	
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	4.088.000
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	1.015.000	Valor médio da remuneração	2.260.667
Observação			

01/01/2020 até 31/12/2020		Conselho de Administração	
Nº de membros	6,00	Valor da maior remuneração	738.000
Nº de membros remunerados	6,00		
Valor da menor remuneração	324.691	Valor médio da remuneração	442.776
Observação			

01/01/2019 até 31/12/2019		Conselho de Administração	
Nº de membros	6,00	Valor da maior remuneração	738.000
Nº de membros remunerados	6,00		
Valor da menor remuneração	324.691	Valor médio da remuneração	135.000
Observação			

01/01/2018 até 31/12/2018		Conselho de Administração	
---------------------------	--	---------------------------	--

Nº de membros	6,00	Valor da maior remuneração	731.000
Nº de membros remunerados	6,00		
Valor da menor remuneração	321.000	Valor médio da remuneração	428.667
Observação			

01/01/2020 até 31/12/2020	Conselho Fiscal		
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	152.504
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	152.504	Valor médio da remuneração	152.504
Observação			

01/01/2019 até 31/12/2019	Conselho Fiscal		
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	152.333
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	152.333	Valor médio da remuneração	152.333
Observação			

01/01/2018 até 31/12/2018	Conselho Fiscal		
Nº de membros	3,00	Valor da maior remuneração	151.333
Nº de membros remunerados	3,00		
Valor da menor remuneração	151.333	Valor médio da remuneração	151.333
Observação			

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2018	67%	0%	0%
2019	67%	0%	0%
2020	67%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nossos diretores estatutários Srs. Marcos Antonio Leite de Medeiros e Ramón Pérez Arias Filho atuam também como administradores da Catlog Logística de Transporte S/A, função para a qual recebem remuneração mensal fixa correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
INSS	519.673,11	837.878,42	78.285,49	1.435.837,03

